



Diário Oficial do Poder Legislativo

Home Page: www.aleac.ac.gov.br

3ª Sessão Legislativa
da 11ª Legislatura

ANO XLII

RIO BRANCO - AC, 7 DE JUNHO DE 2005

N.º 3426

MESA DIRETORA

SÉRGIO OLIVEIRA
Presidente

RONALD POLANCO
1º Secretário

MOISÉS DINIZ
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice- Presidente

DINHA CARVALHO
2ª Vice- Presidenta

FRANCISCO VIGA
3º Secretário

DELORGEM CAMPOS
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Juarez Leitão
BPM - Elson Santiago
BSC - José Luis
PL - Hélio Lopes
PMDB - Chagas Romão
PSDB - Luiz Gonzaga
PFL - José Vieira
PP - José Bestene
PDT- Luiz Calixto
PSC - Nogueira Lima
PPS - Tarcísio Medeiros
PTB - Roberto Filho
Líder do Governo - Edvaldo Magalhães

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueredo e Ronald Polanco.
BPM - Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz e Sérgio Oliveira.
BSC - Delorgem Campos, Francisco Viga e José Luís.
PL - Hélio Lopes e Dinha Carvalho.
PMDB - Antônia Sales e Chagas Romão.
PSDB - Luiz Gonzaga e Helder Paiva.
PFL - José Vieira.
PP - José Bestene.
PDT- Luiz Calixto.
PTB - Roberto Filho.
PSC - Nogueira Lima.
PPS - Tarcísio Medeiros.

Atos da Mesa Diretora**RESOLUÇÃO N. 72 /2005**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor **Assem Ayache Sobrinho**, Consultor Jurídico, CL "A", CÓD. PL-SJ-201, Ref. 44, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria Executiva desta Casa, para responder pela Secretaria Executiva, a partir de 26 de maio de 2005, enquanto durar o afastamento do titular do cargo.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

30 de maio de 2005.

Deputado **Sérgio Oliveira**
Presidente

Deputado **Ronald Polanco**
1º Secretário

Deputado **Moisés Diniz**
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 73 /2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado **Luiz Gonzaga**, integrante do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, para, na cidade de Salvador – BA, nos dias 1º a 3 de junho do corrente ano, participar do 15º Forum RH (Expo RH – Workshops).

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a três diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

30 de maio de 2005.

Deputado **Sérgio Oliveira**
Presidente

Deputado **Ronald Polanco**
1º Secretário

Deputado **Moisés Diniz**
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 74 /2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

Art. 1º INSTITUIR, nos termos do inciso XVI, do art. 6º, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, uma Comissão Permanente de Licitação composta pelos servidores, **Aluizio Rocha da Silva**, Economista, CL "B", CÓD. PL-NS-105, Ref. 46, Presidente, **João Florêncio Viana Mesquita**, Técnico em Contabilidade, CL "D", CÓD. PL-NM-310, Ref. 39, Membro, **José Vieira da Silva Júnior**, Auxiliar de Biblioteca, CL "B", CÓD. PL-NM-303, Ref. 30, Membro, e respectivos Suplentes, **Edirleide Wolter de Oliveira**, Datilógrafo, CL "B", CÓD. PL-NM-304, Ref. 31, **Edite Lima de Albuquerque**, Técnico em Contabilidade, CL "C", CÓD. PL-NM-310, Ref. 34, todos do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, para receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos aos processos licitatórios e ao cadastramento de licitantes do Poder Legislativo Estadual.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",
30 de maio de 2005.

Deputado **Sérgio Oliveira**
Presidente

Deputado **Ronald Polanco**
1º Secretário

Deputado **Moisés Diniz**
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 75 /2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor **Aluizio Rocha da Silva**, Economista, CL. "B" CÓD. PL-NS-105, Ref. 46, para no município de Feijó - AC, nos dias 7 a 9 de junho do corrente ano, prestar serviços na Câmara Municipal.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a 2 ½ diárias para custeio das despesas prevista no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

6 de junho de 2005.

Deputado **Sérgio Oliveira**
Presidente

Deputado **Ronald Polanco**
1º Secretário

Deputado **Moisés Diniz**
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 76 /2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor **Paulo Luiz Rodrigues da Silva**, Datilógrafo, CL. "B" CÓD. PL-NM-304, Ref. 30, para na cidade de Porto Velho - RO, nos dias 9 e 10 de junho do corrente ano, participar do Congresso de Comunicação da Região Norte.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas prevista no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

7 de junho de 2005.

Deputado **Sérgio Oliveira**
Presidente

Deputado **Ronald Polanco**
1º Secretário

Deputado **Moisés Diniz**
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 77 /2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR as servidoras **Evelena da Costa Cardoso**, Assessor Jurídico, CL "A", CÓD. PL-SJ-201, Ref. 44 e **Kátia Simone de Castro Santos**, Taquígrafo Revisor, CL. "D", CÓD. PL-NS-108, Ref. 56, para, no município de Xapuri, nos dias 7 e 8 junho do corrente ano, tratarem de assuntos do interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a 1½ diária para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

7 de junho de 2005

Deputado Sérgio Oliveira
Presidente

Deputado Ronaldo Polanco
1º Secretário

Deputado Moisés Diniz
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 78 /2005

A MESA DIRETORA DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO ACRE, no uso de
suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores Maria Nelsanira Santiago de Melo Arruda, Auxiliar Legislativo, CL. "B" CÓD. PL-NB-402, Ref. 23, Maria Olívia Lima de Moura Almeida, Auxiliar Legislativo, CL. "B" CÓD. PL-NB-402, Ref. 25, Maria de Fátima Cavalcante Dantas, Auxiliar de Portaria, CL. "B" CÓD. PL-NE-507, Ref. 09, João Luiz da Veiga Simão, Técnico Legislativo, CL. "B" CÓD. PL-NM-312, Ref. 34 e Edilson Moreira Sampaio, Agente de Segurança, CL. "B" CÓD. PL-NB-401, Ref. 24, para, no município de Brasília, nos dias 9 e 10 de junho do corrente ano, tratarem de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a uma diária para custeio das despesas prevista no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

7 de junho de 2005.

Deputado Sérgio Oliveira
Presidente

Deputado Ronaldo Polanco
1º Secretário

Deputado Moisés Diniz
2º Secretário

Atos do Primeiro Secretário

PORTARIA N. 75 /2005

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 901/2005, da Secretaria Executiva deste Poder, concede a servidora Marlene Guimarães da Silva, Agente de Comunicação Social, CL. "B", CÓD. PL-NM-301, Ref. 31, do Quadro de Pessoal Permanente desta Assembléia, vinte e sete dias de Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 19.5.2005 a 14.6.2005, nos termos do Art. 107, da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 30 de maio de 2005.

Deputado Ronaldo Polanco
1º Secretário

Assem Ayache Sobrinho
Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 76 /2005

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 899/2005, da Secretaria Executiva deste Poder, concede a servidora Maria Severiano Bibiano, Auxiliar Legislativo, CL. "B", CÓD. PL-NB-402, Ref. 21, do Quadro de Pessoal Permanente desta Assembléia, quinze dias de Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 16.5.2005 a 30.5.2005, nos termos do Art. 107, da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 30 de maio de 2005.

Deputado Ronaldo Polanco
1º Secretário

Assem Ayache Sobrinho
Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 77 /2005

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 900/2005, da Secretaria Executiva deste Poder, concede a servidora Gisela Fátima Souza de Araújo, Auxiliar Legislativo, CL. "B", CÓD. PL-NB-402, Ref. 24, do Quadro de Pessoal Permanente desta Assembléia, quinze dias de Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 18/5/2005 a 1º/6/2005, nos termos do art. 107, da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 30 de maio de 2005.

Deputado Ronaldo Polanco
1º Secretário

Assem Ayache Sobrinho
Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 78 /2005

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 902/2005, da Secretaria Executiva deste Poder, concede a servidora Valfira Batista de Lima, Arquivista, CL. "B", CÓD. PL-NE-503, Ref. 12, do Quadro de Pessoal Permanente desta Assembléia, sete dias de Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 13/5/2005 a 19/5/2005, nos termos do art. 107, da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 30 de maio de 2005.

Deputado Ronaldo Polanco
1º Secretário

Assem Ayache Sobrinho
Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 79 /2005

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 906/2005, da Secretaria Executiva deste Poder, concede ao servidor José Alveir Araújo da Silva, Técnico Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-MN-312, Ref. 34, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria Executiva desta Casa, um mês de Licença-Prêmio, a contar de 1º/6/2005 a 30/6/2005, nos termos do art. 36, da Constituição Estadual, de 03 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 31 de maio de 2005.

Deputado Ronaldo Polanco
1º Secretário

Assem Ayache Sobrinho
Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 80 /2005

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, concede 120 dias de Licença à servidora **Violeta Cristina C. de Aguiar Barbosa Leite**, no período de 23.5.2005 a 19.9.2005, de conformidade com o inciso XVIII, do art. 7º, da Constituição Brasileira, § 2º, do art. 30, da Constituição Estadual e art. 112, da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 2 de junho de 2005.


Deputado **Ronald Polanco**
1º Secretário


Assem **Ayachê Sobrinho**
Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 81 /2005

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 943/2005**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede ao servidor **Djalma Correia Lima**, Agente de Segurança, CL. "C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 30, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria Executiva desta Casa, três meses de **Licença-Prêmio**, a contar de 1º/7/2005 a 28/9/2005, nos termos do art. 36, da Constituição Estadual, de 03 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 06 de junho de 2005.


Deputado **Ronald Polanco**
1º Secretário


Assem **Ayachê Sobrinho**
Secretário Executivo, em exercício

38ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 7 de junho de 2005

Presidência: Deputado **HELDER PAIVA**

Secretaria: Deputado **FRANCISCO VIGA**

PRESENTES: Deputados **FERNANDO MELO**, **JUAREZ LEITÃO**, **NALUH GOUVEIA**, Pe. **VALMIR FIGUEREDO**, **RONALD POLANCO** do **PT**; **EDVALDO MAGALHÃES**, **ELSON SANTIAGO**, **MOISÉS DINIZ**, **SÉRGIO OLIVEIRA** do **BPM**; **DELORGEM CAMPOS**, **FRANCISCO VIGA**, **JOSÉ LUIS** do **BSC**; **CHAGAS ROMÃO** do **PMDB**; **LUIZ GONZAGA**, **HELDER PAIVA** do **PSDB**; **HÉLIO LOPES** do **PL**; **LUIZ CALIXTO** do **PDT**; **ROBERTO FILHO** do **PTB**; **JOSÉ VIEIRA** do **PFL**; **JOSÉ BESTENE** do **PP**; **NOGUEIRA LIMA** do **PSC**; **TARCÍSIO MEDEIROS** do **PPS**.

AUSENTES: Deputados **ANTONIA SALES** do **PMDB**; **DINHA CARVALHO**.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

Expediente

OF. GAPRE N. 874/2005, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, **Samoel Evangelista**, em resposta ao **OF/ CIRC /CRPC/N. 12/2005**;

Ofício N. 118/2005, da chefe de Cartório da 1ª Zona Eleitoral, **Graciela Maria Souza Passos Gonzaga**, enviando a folha de ponto da servidora desta Casa Legislativa, **Maria Zenaide D'Ávila de**

Paula, ora prestando serviço naquele Juízo, referente ao mês de maio de 2005;

Ofício N. 1666/2005-DEPEN/GAB, do Diretor do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, **Clayton Alfredo Nunes**, em resposta ao **Ofício Circular N. 7/GABP**, de 25/4/2005;

Ofício Incra/SR 14/AC/N. 408/2005, do Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, **Raimundo Cardoso de Freitas**, enviando cópia do Segundo Termo Aditivo **CRT/AC/7.002/05** ao Convênio **CRT/AC/7.000/04**, que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, por sua Superintendência Regional no Acre – **SR-14/AC**, celebrou com o Governo do Estado do Acre, através do Departamento de Estradas de Rodagem – Deracre;

Indicação N. 56/2005, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado **Delorgem Campos**, solicitando a **Seplands** – Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável e a **Seops** – Secretaria de Estado de Obras Públicas, a construção de um canal de esgoto no Bairro da Pista ou o empreendimento que se fizer preciso;

Indicação N. 57/2005, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado **Helder Paiva**, solicitando ao Superintendente do Banco do Brasil S. A, a instalação de um Caixa Eletrônico de completo atendimento no Município de Capixaba;

Indicação N. 58/2005, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado **Helder Paiva**, solicitando ao Departamento Estadual de estradas de rodagem, Hidrovias e Infra-estrutura Aeroportuária – Deracre, a sinalização da **BR-317**, no sentido de reduzir a velocidade dos veículos e efetuar acidentes no perímetro urbano no Município de Capixaba;

Projeto de Lei Complementar N. 4/2005, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado **Hélio Lopes**, o qual “Acrescenta inciso IX, ao art. 12 da Lei Complementar n. 114 de 30 de dezembro de 2002”;

Projeto de Resolução N. 7/2005, de autoria do Deputado **Moisés Diniz**, o qual “Institui o Conselho Parlamentar pela Cultura de Paz e adota outras providências”;

Projeto de Lei n. 54/2005, acompanhado de justificativa, de autoria da Deputada **Naluh Gouveia**, o qual “Trata a Diagnose Precoce do Câncer de Mama pelos Hospitais Públicos Estaduais”;

Projeto de Lei N. 55/2005, acompanhado de justificativa, de autoria da Deputada **Naluh Gouveia**, o qual “Dispõe sobre a linguagem inclusiva na Legislação e Documentos Oficiais do Estado do Acre”.

Pequeno Expediente

Deputado **JUAREZ LEITÃO** (Líder do PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Imprensa, Senhores presentes no Salão do Povo, eu quero utilizar o Pequeno Expediente, na qualidade de Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, para ler duas notas, uma do Diretório Nacional e outra do Diretório Regional.

06/06/2005 – PT nega declarações de Roberto Jefferson

O PT divulgou hoje nota de esclarecimento, assinada por seu Presidente Regional, **José Genoino**, sobre as declarações do Presidente do PTB, **Roberto Jefferson**, publicadas no jornal **Folha de São Paulo**. Veja abaixo a íntegra da nota.

Nota de esclarecimento

- Foi com surpresa e indignação que o Partido dos Trabalhadores tomou conhecimento das declarações do Deputado **Roberto Jefferson**, concedidas ao jornal **Folha de São Paulo**, segundo as quais o nosso partido, através do tesoureiro **Delúbio Soares**, concedia uma mesada mensal de R\$ 30 mil aos Deputados do PL e do PP;
- O PT nega as declarações do Deputado **Roberto Jefferson**, pois elas não têm o mínimo de fundamento na realidade. O relacionamento do PT com todos os partidos da base de sustentação do Governo, inclusive o PTB, se assenta em pressupostos políticos e programáticos e no objetivo de

garantir a governabilidade do país e implementar o programa de Governo pelo qual o Presidente Lula foi eleito;

3. O PT, a exemplo de outros partidos da base do Governo, apóia todas as investigações, em curso, feitas pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, pela Controladoria Geral da União e por outras instituições, ressaltando a presunção de inocência de todos os envolvidos, mas com a convicção de que todos os culpados deverão ser punidos.

José Genoino – Presidente do PT.
São Paulo, 6 de junho de 2005.

Nota Oficial

Diante das denúncias agravadas no Congresso Nacional e amplamente divulgadas pela Imprensa, o Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores do Acre, em sintonia com o Diretório Nacional e solidário com o sentimento da sociedade, defende a apuração da verdade e a punição de eventuais culpados, a exemplo do que acontece no Ibama por determinação da Ministra Marina Silva.

O Governo do Presidente Lula empenha-se, decididamente, para acabar com a corrupção. Prova disso é a atuação da Polícia Federal, que nunca recebeu tanto apoio e liberdade de investigação por parte do Ministério da Justiça, sendo a instituição com competência e independência para apuração de todo e qualquer caso de corrupção.

O PT do Acre orienta sua bancada para buscar na Corregedoria e demais instâncias da Câmara dos Deputados, a total apuração das denúncias do Deputado Roberto Jefferson (PTB).

O PT do Acre também manifesta o desejo de ver revisada a condução das alianças no Governo, preservando a governabilidade, mas evitando interlocuções pouco recomendáveis como o Deputado Roberto Jefferson, tendo sido um grave erro a não consideração do seu prontuário político.

O caminho a ser percorrido agora é o proposto pelo Presidente Lula, na mesma Folha de São Paulo, pois não há como ter “misericórdia de aliados envolvidos em casos de corrupção” e “quem cometeu qualquer tipo de irregularidade ou tem culpa no cartório, que pague o preço”.

O Brasil é que não pode parar.

Diretório do PT-Acre
(Sem revisão do orador)

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, está aqui em minhas mãos um Requerimento aprovado dia 09 de novembro de 2004, para que hoje, fosse realizada uma Sessão Solene em homenagem aos ex-guardas do ex-Território Federal do Acre. E pelo que eu sei uma Sessão Solene ocupa todo o expediente; pelo menos é o que sempre fazemos aqui. Então, eu quero uma explicação da Mesa para o que está acontecendo, se foi adiada, porque eu também tive um Requerimento aprovado, no qual os representantes da Imprensa falariam a respeito do Dia Internacional da Liberdade na Imprensa e isso não foi agendado para hoje. Eu queria uma explicação da Mesa Diretora.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – V. Exa. Tem razão, mas os homenageados não compareceram e para não parar a Sessão, achamos por bem realizar o Pequeno Expediente. Obrigado pela compreensão.

Deputado **SÉRGIO OLIVEIRA** (BPM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero parabenizar a Deputada Naluh Gouveia, por ter proposto essa homenagem justíssima, aos nossos ex-guardas Territoriais, mas como não foi possível contatar com a maioria dos que seriam homenageados, houve um acordo, para que esta sessão fosse adiada. Eu tive oportunidade de manter contato com alguns deles e pude perceber a felicidade que essa homenagem lhes causou; Muitos nunca receberam nenhum tipo de homenagem, por isso, a minha fala, hoje, é principalmente, para parabenizar esses cidadão pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado, naqueles tempos tão difíceis. Eles contribuíram com o Acre na parte mais difícil do seu desenvolvimento.

Infelizmente, a nossa sessão não pôde ser realizada, mas mesmo assim, estão de parabéns a Deputada Naluh e os ex-guardas Territoriais.

(Sem revisão do orador)

Deputado **FERNANDO MELO** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Imprensa, Senhores presentes no salão do povo Marina Silva, gostaria de tratar, neste Pequeno Expediente, de um tema importante que é a liberdade de Imprensa e o relacionamento do Governo do Estado com a Imprensa acreana, visto que esse tema foi tratado na sessão do Senado Federal, pelo Senador do Acre Geraldo Mesquita.

Esse pronunciamento teve repercussão na Imprensa do Acre e no último sábado, no seu editorial, o Jornal Página 20 se manifestou a esse respeito.

Porém, eu fui procurado pela Imprensa e me posicionei sobre essa situação, afirmando desconhecer esse clima citado pelo Senador Geraldo Mesquita. Todavia, no domingo o Jornal A Gazeta e hoje, terça-feira, o jornal A Tribuna também destacaram em suas colunas políticas essa situação.

De forma que eu gostaria de fazer uma leitura do editorial do jornal A Gazeta porque entendo ser muito importante ficar registrado nos Anais desta Casa, até porque este editorial demonstra claramente qual a posição que os proprietários de jornais e a Imprensa têm a respeito desta denúncia.

Editorial

Debater liberdade de imprensa é sempre saudável e necessário. Mais do que debater exercitá-la no dia a dia, quando se fecha uma edição e começa a do dia seguinte. Contudo, não se pode confundir liberdade de imprensa com posições ou opções político-partidárias, como o Senador Geraldo Mesquita (P-Sol/AC) fez na semana que passou em pronunciamento no Senado. Não é uma atitude honesta, porque deturpa e restringe o sentido verdadeiro e abrangente da liberdade de expressão.

O Acre inteiro sabe que o Senador Geraldo Mesquita rompeu com a frente política pela qual se elegeu e fez outra opção partidária. É um direito que lhe assiste. Contudo, ele não tem o direito, porque não lhe foi conferido, de dizer que os jornalistas do Acre vivem um clima de terror e de censura. Ao que consta, todas as instituições que compõem o Estado Democrático de Direito estão funcionando normalmente no Acre, incluindo a imprensa. Tanto é que alguns veículos e seus jornalistas fizeram sua opção político-partidária. Até por candidaturas individualizadas e têm toda a liberdade e espaço de criticar, ferozmente, seus adversários.

A Gazeta já fez também esta opção, no passado. A rigor, isso não é proibido. Jornais do mundo inteiro também tomam posições e partido por esta ou aquela candidatura na reta final de eleições. Contudo, a maioria dos jornais, como A Gazeta, entende que, fora desse período específico, tem que se pautar pelo pluralismo, permitindo que todas as correntes de pensamento da sociedade tenham acesso aos seus espaços e não somente uma tendência, um partido político ou uma candidatura. Por isso, A Gazeta lidera a preferência dos leitores e anunciantes deste e de outros Estados.

Mais do que o Senador Geraldo Mesquita, que serviu durante um bom período à Ditadura Militar e aí, sim, vigorava a censura, o terror, a perseguição e assassinatos de jornalistas, A Gazeta sente-se à vontade para falar de liberdade de imprensa. Não pinçando frases de efeito do almanaque capivarol, mas ostentando prêmios de renome nacional, em reconhecimento justamente por sua luta contra a censura.

A Gazeta e seus jornalistas têm um entendimento claro sobre o seu papel na sociedade. Os governos devem governar e governar bem, visando sempre o bem comum. Como os políticos devem exercer com responsabilidade e honestidade seus mandatos. Os veículos de comunicação devem praticar o bom jornalismo, informando e opinando sobre fatos relevantes para a sociedade. No dia em que este jornal se sentir ameaçado em sua liberdade de expressão saberá reagir.

Na atual conjuntura, suas relações com o Governo e outras instituições são absolutamente normais. Por se fazer respeitar, o Governo e instituições nada impõem a este jornal. O Governo, por exemplo, pede, sugere, compra espaços publicitários dentro das normas que regem as

relações entre as instituições e os veículos de comunicação civilizados deste país.

Obrigado.
(Sem revisão do orador)

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, companheiros que se encontram no salão do povo, Imprensa, todo o Brasil ficou surpreso com as declarações feitas pelo Deputado Roberto Jefferson, Presidente do PTB, militante de um dos partidos que integra a política nacional e que dá sustentação ao Presidente Lula. Confesso que fiquei bastante preocupado com essas declarações.

Ouvi atentamente, Deputado Juarez, a leitura das duas notas do Partido dos Trabalhadores e gostaria de externar aqui, minha opinião acerca desses acontecimentos. A Nação Brasileira vive um momento de externa gravidade. O Governo do Presidente Lula está sendo convocado a tomar uma posição que precisa ser a mais ousada da história de vida, da biografia do Presidente Lula. As denúncias levantadas pelo Presidente do PTB precisam encontrar na Presidência da República uma resposta ousada, ofensiva, que, na minha opinião, não pode ser outra que não seja uma apuração radical, rigorosa, porque o Presidente da República, com sua história de vida, precisa aproveitar esse momento de crise e fazer uma arrumação no seu Governo. Um Governo de coeso como o nosso, não pode conviver com os “Jeffersons” da vida; figuras essas, que destroem qualquer biografia. O Governo precisa aproveitar esse momento e tomar medidas ousadas para, inclusive, dar um salto de qualidade. Uma delas é apoiar, imediatamente, no Congresso Nacional, a investigação na Câmara Federal, que está sob suspeição; doa quem doer, visto que quando um Poder está sob suspeição, ou ele mergulha fundo, corta fundo na própria carne para ser reconstruído, ou então aquela Casa não terá mais condições de realizar debate político.

Outra medida que deve ser tomada é o Presidente Lula, imediatamente, recompor o seu Governo, pois não dá para conviver com figuras que estão querendo fazer gatunagem com o dinheiro público. Não precisa, Deputado Helder Paiva, ter a maioria no Congresso Nacional, visto que não está em pauta, Deputado Juarez, Emendas Constitucionais; as reformas já foram feitas, então precisa apenas uma maioria simples, qualificada, ideológica, uma maioria comprometida com o programa da Frente Brasil Popular. Nós precisamos tirar lições nesse momento, pois a trajetória de partidos históricos aliados, como é o caso do PC do B, do PSB, dos partidos de esquerda neste País, é incompatível com esse tipo de coisa. Nós precisamos fazer uma soma de esforços. Um discurso aqui, de um Deputado do PC do B, talvez não tenha a mínima influência na decisão que será tomada na República, mas nós temos que aproveitar o momento da crise, para que ao sair dela, darmos um salto de qualidade no Governo e não mergulhar na crise de forma atravessada.

Ontem a noite conversei com o Senador Tião Viana sobre crise e perspectivas. E fiquei muito feliz com os seus posicionamentos, quando ele disse que nós vamos ter, no plano nacional, desdobramentos positivos e que, ainda hoje, fará com que possamos recompor o Governo sobre bases pragmáticas e, cortar na carne, doa a quem doer, os envolvidos em qualquer tipo de trama.

(Sem revisão do orador)

Deputado **CHAGAS ROMÃO** (Líder do PMDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores presentes no Salão do Povo e Imprensa, neste momento o País vive uma grave crise institucional, porque estão sendo feitas muitas denúncias contra o Governo do PT. Um dia é uma declaração, em seguida vem outras.

Porém, eu me alegrei ao ouvir o pronunciamento do nobre Deputado Edvaldo Magalhães, porque agora eu tenho certeza de que, não só em Brasília, mas no Estado do Acre também, as denúncias que já fizemos e outras que ainda faremos nesta Casa serão investigados. Nenhuma CPI será barrada neste Poder. Eu acho Deputado Edvaldo, que é assim que se deve agir. Nós temos que assinar todas as CPIs que forem propostas; seja do Deracre, a respeito das BRs; pode ser da Vila Olímpica, que teve sua obra iniciada há cinco anos e até hoje não foi concluída. Inclusive, o Tribunal de Contas já interdito a obra e estão fazendo uma análise para baixar os preços. O povo acreano tem que saber o que aconteceu naquela obra.

Tenho certeza Deputado Edvaldo, que os Parlamentares acreanos, Senadores e Deputados Federais, que não quiseram assinar a CPI estão arrependidos, o que não foi o caso da sua esposa, do Deputado João Correia e do Senador Geraldinho. Acho que eles agiram corretamente.

Pelos pronunciamentos que assisti, pude perceber que o Presidente fraquejou quando o Deputado Roberto Jefferson o informou que no PT havia um mensalão. Sua reação foi chorar, quando deveria ter agido. O Governador de Goiás disse que também o avisou, assim como várias outras pessoas, mas ele não agiu. Então, meus irmãos, ele foi conivente e nós não podemos aceitar isso. Temos que fazer toda averiguação necessária e acho que agora, os Parlamentares vão assinar a CPI aqui no Acre também. Nós não podemos deixar que o nosso País enfrente uma crise deste tamanho sem nos incomodarmos.

Mensalão é um absurdo, Senhores.

PT, quem te viu, quem te vê. Isso tudo é absurdo. Eu acho que esse é o momento do País reagir e nós temos que ter responsabilidade.
(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ GONZAGA** (Líder do PSDB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de, neste momento, manifestar desta tribuna o pensamento deste Parlamentar e também do PSDB em relação ao que está acontecendo hoje em nosso País.

Ontem, eu estive em Salvador e o grande comentário naquela cidade era em relação às acusações feitas pelo Deputado Roberto Jefferson. Fui a Brasília e ao Congresso Nacional e o comentário era o mesmo.

O PSDB tem mantido uma postura de preocupação com a governabilidade do país, mas isso não quer dizer que as apurações não devam ser feitas com rigor. Por isso, o Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, propôs, ontem, ao Governo que apure e puna todos os envolvidos nesse caso, porque a Nação precisa de uma resposta, visto que a situação é realmente grave.

Os comentários feitos, ontem, em Brasília, inclusive por Deputados Federais, é que o caso é mais grave do que o episódio do ex-Presidente Collor, pois o Congresso Nacional está sob suspeita, e também tem que dar uma resposta. A CPI tem que funcionar e os Parlamentares têm que investigar para esclarecer esse assunto, sob pena do Congresso ficar desmoralizado.

(Sem revisão do orador)

Grande Expediente

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, foram feitos uns panfletos que estão sendo entregues em todos os lugares da nossa Capital. Nos causou estranheza agora, este tumulto ali no Salão do Povo, e um Deputado nos disse que, infelizmente, o repórter Tião Maia agrediu um rapaz que foi lhe entregar o panfleto. O agredido foi o Paulo Ximenes do PFL.

Nós fizemos um Requerimento que, com certeza, vai ser aprovado hoje, com o apoio de todos os Senhores Deputados, para debatermos nesta quinta-feira sobre a liberdade de Imprensa. Deveria ter acontecido nesta sessão de hoje, Deputados, mas como havia o Requerimento da Deputada Naluh há vários dias, para homenagear os ex-guardas territoriais não foi possível. E aí nos deparamos com um papelão deste aqui na Casa. Um repórter, uma pessoa, teoricamente, instruído, estudado, agredir um cidadão que está fazendo o que acha certo, denunciando os desmandos que estão acontecendo em Brasília, poderia simplesmente pegar o panfleto ler e dizer companheiro isso não condiz com a verdade e tchau, mas o companheiro que fez esta palhaçada, de agredir um cidadão provavelmente virá aqui quinta-feira. Nós estamos aprovando hoje um Requerimento, que diz respeito a todos os jornalistas, esperamos que se façam presentes também donos dos jornais, que mandem seus representantes para falar sobre a liberdade de imprensa.

Lamentavelmente vemos um papelão desse. Isso é uma vergonha, é triste que ainda aconteça isso em nosso Estado, principalmente aqui na Casa do povo.

Infelizmente Deputados, eu tenho só dois minutos e meio; meu grande espaço é muito pequeno. Mas Senhores Deputados, nós tivemos a idéia de convidar, de colocar em apreciação dos Senhores Deputados esse Requerimento para trazermos as pessoas, os jornalistas para debater sobre o tema, para falar a respeito da liberdade de imprensa.

Sei que muito deles tem a maior vontade do mundo de denunciar o que está ocorrendo, o que filma; mas infelizmente os donos dos meios de comunicações não permitem a publicação porque estão atrelados à administração maior do Estado, ao Governo, e não podem divulgar os desmandos, falar a respeito. Mas os jornalistas que estudaram para informar a nossa população que está acontecendo ficam tristes, mas infelizmente, se sujeitam, porque precisam comer, beber, dar estudos aos filhos, à sua família e tem que se submeter a essa vergonha, a esses constrangimentos.

Agora mesmo vimos o papel desse cidadão no salão do povo, que eu não tenho explicação, porque o panfleto só diz a verdade, o que está acontecendo em Brasília. Só estamos reproduzindo um pouco do que está acontecendo. Precisamos fazer, aqui na Casa Deputado Edvaldo Magalhães, algumas mudanças. Infelizmente a Assembléia Legislativa não tem o que o congresso, a Câmara dos Deputados e o Senado tem, que é a televisão, o rádio, para divulgar os nossos trabalhos, mas nós vamos conseguir isso.

(Com revisão do orador)

Deputada **NALUH GOUVEIA (PT)** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, houve um problema de comunicação com os ex-guardas territoriais do Acre, mas eu gostaria muito de fazer essa homenagem para eles, pois nunca foi feita. Eles construíram este Estado, abriram o leito de rios e tudo nas piores condições de trabalho. Eles não foram só guardas, eles foram construtores deste Estado. Então a Sessão Solene ficará para outro dia.

Senhor Presidente, hoje os Deputados Edvaldo, Juarez, Fernando Melo e Sérgio Oliveira, que são pessoas orgânicas nos seus partidos, eles estão extremamente preocupados. Algumas coisas nos une e uma das coisas bonitas no Partido dos Trabalhadores sempre foi essa questão do combate à corrupção. Todo mundo sabe que aqui no Acre, nós acabamos com essa questão do mensalão.

Eu não reajo como o Tião jornalista, mas quero dizer que este panfleto é mentiroso. Se hoje, o Governo tem maioria dentro desta Assembléia, não foi pagando Deputado. E eu não quero lembrar momentos, inclusive, desagradáveis aqui. Não quero Deputado Helder! Quero fazer um discurso em alto nível; quero fazer o discurso que o Deputado Edvaldo fez aqui, que há uma saída para o nosso Governo continuar sendo respeitado como nós sempre fomos.

Essa CPI do Correios tem que ser assinada e tem que ser instalada, já. Temos que ter a CPI desse mensalão já, porque nós estamos sob suspeita. Eu sinto isso quando vamos andando, mesmo aqui no Acre. Isso interfere no Brasil todo. Nós percebemos quando saímos às ruas, como as pessoas nos olham, com um olhar, inclusive, de preocupação, querendo nos perguntar: o que vocês vão dizer, agora? O que vocês vão fazer? Companheiros e companheiras, nós vamos fazer o que a vida inteira fizemos, que é pedir a CPI, pedir que o Governo Lula assine e instale a CPI, imediatamente. Porque é muito fácil o PSDB e outros partidos virem para cá falar sobre isso. Mas se tem uma história que temos que falar é a de um retirante que chegou ao Governo. E isso as elites não perdoam; as elites assassinas deste Estado e deste País não aceitam. Por que a elite não conseguiu chegar lá em cima e um retirante conseguiu? Isso ela não perdoa.

Eu posso ter todas as divergências com alguns companheiros e companheiras do partido, mas o panfleto está errado em falar do Senador Tião, que pode não ter assinado o pedido da CPI, mas foi decisivo na reunião do PT, pedindo para que assinassem. Então, não vamos fazer isso, não vamos atropelar uma discussão sadia. Inclusive, dentro do nosso Estado, eu quero participar da discussão do Governo, quero colocar o meu nome e discutir, mas panfletos como esse não constroem, destroem. Isso é mentira! O Tião Viana fez a discussão dentro da bancada do PT e contou inclusive comigo, pois eu liguei para ele e ele me disse: Naluh, eu vou me submeter à decisão do partido, mas a minha posição é que assinem. Então é mentiroso dizer isso do Tião. Também é injusto não assumir que o João Correia, a Perpétua, que é da Frente Popular, e o Geraldinho assinaram a CPI.

Esse é um momento delicado para a Democracia, pois estão querendo desmoralizar não só o Congresso, mas também as Assembléias e os políticos. Temos que parar com isso, porque isso é golpe, isso é extremamente problemático. Eu estou na Assembléia e me acho uma pessoa extremamente honesta, juntamente com muitos companheiros que estão aqui. Essa discussão é extremamente perigosa e já foi feita no

Brasil, ocasião em que fecharam as Assembléias e o Congresso. Então temos que ter muito cuidado com essa discussão, porque estão colocando todas as Assembléias, todo o Congresso e toda a Câmara na vala comum, como se nenhum Parlamentar prestasse. Sabe o que nós estamos fazendo? Estamos dizendo que os Deputados em quem nós votamos para defender a Educação não prestam; os da Saúde não prestam. Portanto essa discussão tem que ser feita com muita seriedade e muita serenidade.

Deputado **JUAREZ LEITÃO** (Líder do PT – EM APARTE) – Deputada Naluh, em primeiro lugar, obrigado pelo aparte e quero parabenizá-la pela iniciativa de fazer esse esclarecimento. O que é engraçado é que as declarações do Deputado que está envolvido na CPI do Correios atingem Parlamentares do PP e do PL, quarenta Deputados ao todo, os quais segundo a denúncia, recebiam propina, mas o Deputado que fez a denúncia não tem gravação, não tem nenhum tipo de prova, envolvendo pessoas do PT, mas a mídia nacional se volta apenas para o PT. Se a Senhora lê a revista Veja, entre 214 pessoas que foram presas na operação Curupira há três do PT. E a capa da revista traz a seguinte manchete: petista vende Amazônia. Então, há uma distorção e um alarde muito grande na mídia em nível nacional. Obrigado pelo aparte.

Deputada **NALUH GOUVEIA (PT)** – Obrigada Deputado Juarez, e concedo aparte ao Deputado Sérgio Oliveira.

Deputado **SÉRGIO OLIVEIRA** (BPM – EM APARTE) – Eu agradeço a concessão do aparte, Deputada Naluh, e quero dizer-lhe que há muito tempo, eu não assistia a TV Senado, e ontem, por conta das notícias do Jornal Nacional, eu cheguei em casa e fui assistir a TV Senado. O que me chamou a atenção foi um ponto que, inclusive, o Deputado Luiz Gonzaga já abordou no seu pronunciamento. Eu ouvi os Senadores Heráclito e Artur Virgílio falarem, como também alguns líderes, e nenhum deles acusou o Presidente Lula. O que eles estão querendo é que seja feita uma devassa, doa a quem doer. E quem estiver envolvido que seja responsabilizado. Agora o que não pode é um Parlamentar, como esse do PTB, que está envolvido nisso até à medula, resolver detonar a bomba para atingir todo mundo. E o panfleto aqui se refere à Frente Popular. Eu sou da Frente Popular, sou do PMN e do jeito que eles tratam aí é como se todo mundo da Frente Popular estivesse envolvido na corrupção. Eu não estou aqui, posando de santinho, não sou o dono da moralidade, mas eu acho que deveriam ter um pouco de respeito com todos os partidos da Frente Popular.

Deputada **NALUH GOUVEIA (PT)** – Obrigada, Deputado Sérgio Oliveira e concedo aparte ao Deputado Luiz Calixto.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE) – Deputada Naluh, ontem, quando eu vi esse panfleto, já impresso, fiz-lhe uma crítica somente na questão de que não se poderia generalizar a Frente Popular, pois o panfleto se dirige a nossa bancada de Senadores e Deputados Federais, e primeiramente por estar cometendo uma injustiça, porque nós temos na CPI, a assinatura da Deputada Perpétua Almeida que faz parte da Frente Popular. Eu já declarei isso em pronunciamento nesta Assembléia. Em relação ao Senador Tião Viana, ele fica numa situação um pouco difícil, porque ele quer as investigações, mas não assina a CPI. Ele quer que se apure, quer que se chegue à verdade do fato, mas não assina. Então, ele precisa explicar essa dubiedade, essa contradição de querer que seja investigado, mas não assina o pedido de CPI. Em relação ao Deputado Roberto Jefferson, o próprio Presidente Lula o tratou como parceiro e disse que um parceiro não se abandona no meio do caminho. Ora, o Deputado Roberto Jefferson não é um Deputado qualquer, ele é do altíssimo clero que frequenta os gabinetes do José Dirceu, do Delúbio, do Silvinho e do Lula. Ele é parceiro do Presidente Lula e isso está escrito na revista Veja e é inclusive, apoiado pelo Presidente. Nenhum de nós da Oposição está dizendo que o Presidente Lula está envolvido, mas os próprios aliados, como por exemplo, o Ministro da Coordenação Política, Deputado Aldo Rebelo, deu declarações, ontem, dizendo que o Presidente Lula soube da história do mensalão em janeiro, ocasião em que ele chorou. Ao invés de chorar, ele deveria ter tomado providências. O Presidente Lula deveria ter sido o primeiro a incentivar a CPI, mas pelo contrário, ele trabalhou contra a CPI. Conforme diz a Imprensa Nacional, ele liberou verbas, abriu as torneiras do Orçamento, dando dinheiro das emendas para os Deputados.

E agora que ele viu seu Governo se afogando na lama, e ele não quer isto, mudou de opinião e está apoiando a criação da CPI, mas ele trabalhou para abortá-la, para destruí-la. E quem diz tudo isso não somos nós do PDT, do PPS, do PFL ou do PMDB. Tanto é que o panfleto apenas faz uma transcrição da Folha, da Veja, do Estado de São Paulo, ou seja, da Imprensa Nacional.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Eu agradeço ao apertado e os incorporo ao meu pronunciamento. Só uma coisa, há muito tempo, me preocupa, Senhor Presidente, é que as pessoas mais antigas da Assembléia têm me alertado e eu tenho tentado mostrar isso para a minha categoria, na rua, onde eu moro, nos mercados, onde eu vou fazer a minha feira, que para a Democracia, a representatividade e os Parlamentos são extremamente importantes.

Ontem, eu ouvi os Senadores Arthur Virgílio, Heráclito Forte e muitos outros Senadores preocupados com essa tentativa de colocar todos os Parlamentares na vala comum, da pouca vergonha e da imoralidade. Realmente isso é muito ruim, porque é nos Parlamentos que o povo se reúne conosco para reivindicar melhores condições de trabalho. É na política que se define salário, que se define projetos para a construção de casas populares. É na política e nos Parlamentos que se definem toda a trajetória de um povo com suas mobilizações em época de eleição.

Então, eu quero concluir, Senhor Presidente, dizendo que é muito fácil, no caso aqui do panfleto, olhar as coisas negativas, como essa questão do Senador Tião Viana, mas o próprio panfleto deveria falar da conduta revolucionária contra a corrupção da Senadora Marina Silva da Frente Popular. E foi uma coisa muito bonita. Há dez meses, a Senadora Ministra Marina Silva estava sabendo das investigações que vinham sendo feitas pela Polícia Federal. Então, está na hora da Frente colocar os seus panfletos dizendo as coisas bonitas da luta contra a corrupção.

(Sem revisão do orador)

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, Deputada Naluh Gouveia, com relação ao seu pronunciamento, quero dizer que a Ministra Marina Silva, do PT, do Acre, está dando uma demonstração para o Brasil de como se conduz um processo de limpeza da corrupção imposta num órgão público. A corrupção do Ibama desbaratada pela Ministra Marina, estava instalada há quatorze anos, sem que nenhuma providência fosse tomada.

Em Rondônia, um Estado tão elogiado aqui pessoas que subscrevem este panfleto, foram 214 pessoas para a cadeia, Deputada Naluh. Então, me causa estranheza este panfleto. Penso que nós temos que fazer muitos panfletos. A minha vida toda passei distribuindo panfletos. Porém não se pode mentir. Pecam no título, todas manchetes são reproduções das manchetes dos jornais. Correto! Tem que fazer isso mesmo. Agora, os dois títulos são mentirosos. O primeiro diz: “toda a bancada da Frente Popular do Acre é contra a apuração da corrupção”, e a segunda manchete diz: “Tião Viana e a Frente Popular são contra a apuração da corrupção”. Todas as duas manchetes são mentirosas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, na qualidade de Líder do Governo nesta Assembléia há quase sete anos, quero dizer que nós temos hoje na Oposição, três Deputados que já foram integrantes da bancada de sustentação do Governo, são eles: Deputado Tarcísio, Luiz Calixto e Nogueira Lima, e eles são testemunhas vivas de que não construímos maioria na base com a utilização de nenhum artifício ilegítimo ou ilegal. Essa é a tradição da Frente Popular que construiu sua maioria com políticos sérios e respeitando o contraditório, divergindo, às vezes, num tom inadequado, mas sempre respeitando o adversário. Nunca, porém, usando métodos artificiais ou escuros.

Portanto acusar a Frente Popular do Acre e o Senador Tião Viana de serem coniventes com a corrupção é algo que merece desprezo da nossa parte, porque muitos que seguram esse panfleto, foram sustentação da corrupção que existia neste Estado e que nós desbaratamos. A Oposição pode até apontar muitos problemas no nosso Governo, mas esse Governo não é um Governo que tem a marca da corrupção, e todos sabem disso. Nós temos que fazer o debate num outro nível, com uma nova metodologia.

Concluo colocando um exemplo: eu não posso afirmar que o Deputado Júnior Betão participou de corrupção no Congresso

Nacional, embora o seu seja o PL. O Roberto Jefferson acusou o PL, mas eu não acredito que o Deputado Júnior Betão esteja envolvido nesse mar de lama. Portanto, vamos ter cautela nesse debate. Aqui no Acre, ele faz Oposição a Frente Popular. Então, vamos fazer esse debate em alto nível, porque unificar todos os Deputados da Frente Popular como corruptos é injusto.

Nós, da Frente Popular, estamos todos torcendo para que, no Congresso Nacional se instale uma CPI que identifique todos que estão envolvidos com isso, e assim, cassar a todos e fazer a limpeza, eliminando de vez essa prática da política brasileira. Nós temos que fazer no Congresso Nacional o que a Senadora Marina fez no Ibama.

Era isso que eu tinha a dizer no Grande Expediente.

(Sem revisão do orador)

Deputado **JOSÉ LUIS** (Líder do BSC) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhores no Salão do Povo, Imprensa, eu quero falar aqui sobre dois pontos importantes: o primeiro deles diz respeito a visita que fiz, neste sábado, às Vilas Extrema e Nova Califórnia, para discutirmos sobre o plebiscito que faremos lá.

O Senador Sibá Machado está encaminhando um Projeto de Decreto Legislativo, o qual precisa de 26 assinaturas para que possa ser apreciado. A intenção do Senador é ouvir o que a população desses municípios têm a dizer, porque como ele mesmo disse, ele quer fazer um projeto que seja do interesse daquelas populações.

A primeira reunião aconteceu na Vila Extrema, com a participação dos líderes daquela comunidade e 99% foi a favor da emancipação, pois segundo os relatos, desde 1995, a única coisa que foi feito de melhoria, foi na área de Saúde; mas em matéria de serviços, como construção de ramais, ampliação das redes de telefone e energia elétrica, tudo isso, Deputada Naluh Gouveia, ainda é da época da ex-Governadora Iolanda Lima Fleming. E o povo não esqueceu.

Depois disso nos deslocamos para Vila Nova Califórnia e lá também realizamos uma reunião com mais de quarenta lideranças, inclusive havia representantes de cada ramal. Então, esse encontro foi bastante proveitoso.

Deputado Pe. Valmir, aqueles moradores desejam pertencer ao Estado do Acre e esse encaminhamento nós faremos agora para o Senador Sibá Machado; inclusive, fomos acompanhado pelo Dr. Carbone, representante do Iteracre para discutirmos amplamente esse projeto. Agora, com certeza o Senador Sibá Machado terá condições de dar entrada nesse Decreto Legislativo o mais rápido possível, para que essa questão seja solucionada. Na realidade esse problema engloba as Vilas Nova Califórnia e Extrema, Fortaleza do Abunã e Vista Alegre.

O segundo ponto é que dias atrás, fui procurado por várias pessoas, dentre elas alguns empresários, que falaram a respeito de imóveis construídos em terrenos que pertencem ao Governo do Estado e foram invadidos há muitos anos, e neles foram construídos pequenos comércios, Deputada Naluh Gouveia. Inclusive, eu estive conversando com o Alexandre, que é o único acreano que faz charque aqui em nosso Estado, porque a maioria dos charques vendidos aqui, vêm de fora. Ele tem uma pequena indústria com oito funcionários, então, foi ao Basa, para fazer um financiamento para aumentar a sua indústria e em consequência o número de funcionários, mas ele ficou impedido de contrair esse empréstimo, porque não tem escritura do terreno, devido este pertencer ao Governo do Estado. Na reunião que realizamos, estava lá também, o Romeu, que é irmão do Dr. Eliseu Buchmeier, ele tem uma oficina, mas está nesta mesma situação, não consegue ampliar o seu local de trabalho, porque o terreno não é seu. Essa situação está prejudicando os micro empresários que geram renda aqui no nosso Estado. Então, eu acredito que economicamente para o Estado do Acre, seria importante que tudo isso fosse resolvido.

Estou apresentando um Projeto de Lei para ver se resolvemos esse problema, porque são mais de mil pessoas com esse mesmo problema e eu gostaria de sensibilizar as pessoas envolvidas, para que juntos, pudéssemos legalizar essa situação. Porque tenho certeza que a economia do nosso Estado iria alavancar muito mais.

(Sem revisão do orador)

Deputado **CHAGAS ROMÃO** (Líder do PMDB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores no Salão do Povo, Imprensa, meus amigos, meus companheiros, nobres pares, a situação do nosso país é muito difícil, porque nós temos um Presidente fragilizado, pois em

janeiro, quando lhe denunciaram esse fato, sua atitude foi chorar, e isso não resolve. Se ele tivesse tomado uma atitude séria, eu tenho certeza que hoje, ele não estaria nessa situação em que está.

Eu ouvi os companheiros da Oposição propondo dar sustentação e governabilidade ao seu Governo, desde que ele faça justiça, doa a quem doer, mesmo que seja aliado. Então, eu vejo que o nosso Presidente está fragilizado; parece que ele não está podendo tomar nenhuma atitude. Este é que é o perigo, porque se o Presidente não pode resolver a situação e fazer uma CPI, como é que nós ficamos? Esta é uma situação delicada, e nós já vimos que em outras épocas, por muito menos, o Collor de Melo foi expulso, foi demitido, foi cassado. Então não se pode brincar.

Nós temos no Acre várias instituições falidas como é o caso do Incra, que prestava um grande serviço ao Estado, através de seu orçamento. Agora estão querendo fechá-lo. Isso é um absurdo! Temos o Ibama que sequer tem orçamento. E às vezes ainda falam dos companheiros Fiscais que não fazem nada; que não fazem a repesaria. Como, se nem orçamento o órgão tem. Como é que se trata uma instituição dessa forma e fica bancando mensalão? Quantos milhões por mês saíram dos cofres públicos para bancar esses Parlamentares de partido “A” ou “B”, que eu não sei quais são. Isso é um absurdo e nós não podemos aceitar essa situação.

O Ibama está falido no Brasil inteiro, o Incra está fechando e os trabalhadores pedem casa para morar e não têm. E ficam fazendo mensalão. Isso é um absurdo, nós não podemos aceitar isso.

(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ GONZAGA** (Líder do PSDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, para mim é importante ver o meu partido, o PSDB, trabalhar pela a governabilidade. Antes, qualquer coisa que acontecia em nível nacional, o Partido dos Trabalhadores dizia que era necessário se criar uma CPI. Atualmente isso mudou. Hoje, criar uma CPI, é algo problemático. Não pode mais haver fiscalização no Congresso Nacional, quem tem que fiscalizar é a Polícia Federal. Vou ler uma reportagem do Jornal Folha de São Paulo, que diz: (LEND0)

Como disse o Ministro Márcio Tomas Bastos, estamos trabalhando como nunca se trabalhou no Brasil, no combate à corrupção, mas acho que não deixaram o Ministro continuar sua frase, pois faltou o segundo complemento, pois ele não falou da corrupção dentro do PT. E continua o comentário: considero que os homens perderam o respeito pela honestidade.

Então, Senhores Deputados, é preciso que se mantenha a dignidade e o mesmo rumo como está fazendo o PSDB.

O nosso Partido defendia a governabilidade e ainda continua defendendo, porém queremos que as coisas sejam esclarecidas porque a nação precisa de resposta. Basta vermos a última divulgação do IPEA de junho de 2005, onde diz que no Brasil há cinco milhões de pobres, 27 milhões de indigentes e tem a segunda pior distribuição de renda, ganhando somente de Serra Leoa. Esta situação tem que mudar. O país precisa de um projeto de Governo, que diminua os índices de pobreza divulgados pelo IPEA, que é um órgão do próprio Governo. Ninguém pode dizer que esses dados estão errados, porque são dados do Governo. Então é melhor que o nosso país seja passado a limpo e se atenda o pedido do Líder do PSDB no Senado, puna os culpados. E, a partir daí, seja feito algo para mudar esse país.

O Japão e a Finlândia são países que não possuem as riquezas naturais que o Brasil tem, portanto são ricos porque investiram no conhecimento. O Brasil precisa urgente de investimentos na área de Educação. As pesquisas que foram feitas para medir o índice de criminalidade no Brasil, comparando com países da Europa e Estados Unidos, mostraram que o índice de criminalidade para quem tem o nível médio é o mesmo da Europa. Então, o que precisamos é investir em Educação e espero que isso aconteça para o bem do nosso povo.

(Sem revisão do orador)

Deputado **HÉLIO LOPES** (Líder do PL) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, hoje realmente é um dia em que qualquer pessoa que tem acesso a uma Tribuna Popular tem que manifestar a sua indignação com os últimos acontecimentos no nosso País.

Quero, em primeiro lugar comunicar a esta Casa, que em virtude das notícias veiculadas nos jornais televisivos sobre os acontecimentos em Brasília, eu já não faço mais parte do Partido Liberal. Minha assessoria já está formalizando a minha saída junto ao Diretório Estadual do Partido Liberal, entretanto não quero mais ser tratado nesta Casa como Parlamentar deste Partido, porque estou muito envergonhado, Deputado Roberto Filho, em saber que colegas do meu partido, foi denunciado, estão recebendo propina de 30 mil reais para votar nas matérias de interesse nacional.

Eu fiquei atentamente ouvindo os discursos de alguns colegas que me antecederam algumas coisas me chamaram bastante atenção. Eu vi aqui dois ou três Parlamentares falando e defendendo a postura do Senador Tião Viana, isso foi muito bonito, mas como o Deputado Tarcísio, exemplificou aqui, o cidadão mata o outro e depois vai chorar no velório, dizendo: era uma boa pessoa, eu não queria que ele morresse, mas matou. Isso quer dizer que está justificando o ato, então se o Senador Tião Viana que trabalhou tanto para que não acontecesse a CPI, porque ele então não assinou? Isso é muito estranho. Então, são coisas que realmente nós não entendemos.

Quero parabenizar a Ministra Marina Silva pelo trabalho de investigação que vem sendo realizado nos Estados vizinhos. Agora, o que eu não entendo, meu amigo particular, Deputado Fernando Melo, é porque essa investigação não veio até o Acre. E aqui mesmo nesta Tribuna, eu fiz indagações ao Senhor Edgard de Deus, Diretor do IMAC, sobre a venda de ordem de desmате, aqui. Se fosse sobre uma CPI, ele não iria sair daqui da Sessão algemado. Eu disse isso a ele quando esteve aqui fazendo uma visita a esta Casa, porque naquela ocasião, Deputado Roberto Filho, nós tínhamos prova de que ordens de desmате estavam sendo vendidas, em troca de benefícios políticos, isso em campanhas passadas. Então, causa-me estranheza que a Polícia Federal tenha prendido tantas pessoas, Deputado Luiz Calixto, em Rondônia e nenhuma no Estado do Acre. Inclusive, Deputada Naluh Gouveia, quero que isso aconteça aqui também. Desse jornal, o Governo do Estado terá que aumentar as instalações do presídio Francisco de Oliveira Conde.

Eu estive conversando há pouco com o Deputado Moisés Diniz e dizia: - Olha Moisés, se tem um Parlamento neste país, onde os 24 Deputados podem dizer em qualquer canto do Estado que estão abertos a qualquer tipo de investigação, é o Estado do Acre. Nós estamos com nossa consciência tranqüila, pois aqui nunca se tratou de negócios entre Deputados e Governo; E o trabalho desta Mesa Diretora, a lealdade com que ela trata estas questões, faz com que estejamos diante do país inteiro de peito aberto, dizendo que no Acre, o parlamento é limpo, é cristalino. Então, eu acho que a população brasileira, e aqui também é Brasil, ela clama por uma lavagem de roupa suja dos parlamentos deste país tanto do Executivo, do Legislativo e do próprio judiciário.

Eu ouvi atentamente o pronunciamento do Líder do Governo, Deputado Edvaldo Magalhães, dizendo que aqui no Acre as coisas são cem por cento cristalinas e que o Governo da Frente Popular nada deve a explicações escusas ou algum ato ilícito neste Estado. Eu gostaria de propor aqui, nobre Deputado, que V. Exa. dissesse nesta Casa para toda a população que a Frente Popular não está envolvida com aquela denúncia que saiu no jornal sobre a venda de cimento lá em Tarauacá, feitas pelo Deputado João Correia; também sobre os medicamentos. E ainda tem as denúncias do Centro Olímpico que está parado. Em Cruzeiro do Sul, também existem denúncias de superfaturamento de remédios. Aqui em Rio Branco, nós propomos uma CPI do Deracre. Então eu acho que esta é a hora de lavar a roupa suja do Diapoque ao Chui.

Esperamos que a base governista, através do Senhor Governador do Estado, autorize que este Parlamento realmente faça a CPI que quiser, porque quem não deve, não teme. Quem não permite ser investigado é porque, como disse aqui o Deputado Tarcísio Medeiros, tem o “rabo preso”. É isso que o povo que saber, pois quer um Parlamento cristalino, não só no Legislativo, mas também no Executivo e Judiciário.

(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, nesses reduzidíssimos minutos eu gostaria de apenas registrar o meu protesto e dos Deputados que compõem a Oposição nesta Assembléia, ao ato tresloucado, irracional, violento e brutal desse jornalista que não merece sequer ter seu nome citado, pois todos sabem exatamente quem é, que partiu para a agressão contra aqueles que democraticamente estão exercendo o seu direito de falar, denunciar e

protestar contra o lamaçal, a pororoca de corrupção que se instalou no Brasil, exatamente durante a administração do partido que tinha dentro as suas bandeiras, senão a principal, a defesa da moral e da ética.

Nós não podemos, de forma nenhuma, Senhor Presidente, permitir que o jornalista, redator oficial do Governo, que toma a frente inclusive de lideranças maiores do Governo, tome as dores do Governo, cometendo agressão física, violenta, irracional, contra o militante de um partido que está no seu direito de protestar. Quantas vezes o PT fez isso? Quantas vezes fará quando voltar a ser Oposição?

Não se pode aceitar redatores bem remunerados, protegidos pelo Governo, saírem por aí dando tapas na cara de pessoas que estão manifestando a sua contrariedade, a sua indignação. Senhor Presidente, como sou o primeiro inscrito na Explicação Pessoal, gostaria de nesse momento fazer apenas esse registro, e dizer que nós vamos exigir das autoridades de segurança que esta agressão seja tratada como crime, como lesão. Não vamos apenas ficar no disse-me-disse. Nós vamos registrar queixa na Delegacia, e esse jornalista terá que depor, porque pessoas violentas e trogloditas dizem respeito à polícia e nós não queremos assunto com essa turma. Nós tratamos democraticamente todos os jornalistas, sejam ou não favoráveis ao Governo, pois eles estão no livre exercício de suas profissões; agora, violência nós não aceitamos.

(Sem revisão do orador)

Ordem do Dia

Aberta a Ordem do Dia, a Senhora Secretária procedeu à leitura do Requerimento n. 92/2005 de autoria do Deputado José Vieira, o qual “Solicita que seja suspenso o Grande Expediente da Sessão do dia 8 de junho de 2005, para que a Casa receba a Coordenadora do Projeto Saúde Itinerante da Secretaria de Estado de Saúde, Enfª. Celene M. P. Maia e equipe”.

Em Discussão, usaram da palavra:

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, não se trata de reclamar ou não. O que nós estamos propondo é que não ocupemos uma semana inteira com sessões destinadas a receber pessoas ou entidades. O que nós gostaríamos é que o nosso trabalho não fosse prejudicado. Temos o horário de nove às dez que poderíamos utilizar para isso; temos o horário da tarde também e poderíamos limitar um tempo para recebermos essas pessoas. O Requerimento do Deputado José Vieira solicita que seja destinado apenas o Grande Expediente, mas a experiência mostra que a Sessão será integralmente. É claro, que temos que respeitar o direito constitucional de qualquer Deputado em propor a realização das Sessões que bem entender.

Deputado **FERNANDO MELO** (PT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Nessa mesma linha abordada pelo Deputado Luiz Calixto, nós fizemos uma reunião de bancada lá no Partido dos Trabalhadores e nós vamos apresentar uma Emenda e eu gostaria de que pelo menos o princípio dessa Emenda fosse seguido.

Nós temos, pelo Regimento atual, Sessões de terça a sexta-feira, na prática as Sessões são realizadas terça, quarta e quinta. Então, eu gostaria de sugerir que todas essas audiências fossem realizadas na sexta-feira.

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, não dá para fazermos o debate em cima das sugestões dos Deputados Luiz Calixto e Fernando Melo. São duas opiniões diferentes. Então, eu queria pedir a V. Exa., pois não podemos prejudicar nenhum Deputado, que suspendesse a Ordem do Dia, neste momento, para tentarmos um entendimento entre as bancadas. Inclusive se devemos tirar da pauta de votação da Ordem do Dia de hoje, todos os Requerimentos de Sessões Solenes e etc. Até que entremos num acordo, porque não dá para termos dois pesos e duas medidas.

Então, em nome da bancada de sustentação do Governo, eu queria que entrássemos em entendimento de como vamos encaminhar a nossa votação, para não prejudicar nenhum Deputado e para encontrar o ponto de equilíbrio em cima das preocupações, que são justas, tanto do Deputado Calixto, como do Deputado Fernando Melo.

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, em parte o Deputado

Edvaldo Magalhães tem razão, já foi feita várias colocações a respeito dessas Sessões, inclusive, eu dei a minha sugestão. Sexta-feira é um dia que se pode ter Sessão, já está no Regimento, nós é que não estamos vindo, não precisa de Emenda, só falta os Deputados quererem vir as sextas-feiras.

Por exemplo, esse pedido do Deputado José Vieira, pensávamos que já estava aprovado, porque eu entrei com um Requerimento para trazer os jornalistas no dia Internacional da Liberdade de Imprensa e disseram-me que já havia uma solenidade agendada. Então, nós temos que simplesmente fazer valer o Regimento.

A minha sugestão é que essas reuniões fossem realizadas na Explicação Pessoal, que não atrapalha o andamento da Casa.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Há dois pedidos: Um que se vote às matérias e o outro que se suspenda a Sessão.

Vamos usar o bom senso e suspender a Sessão por cinco minutos, para entendimento entre as bancadas. (PAUSA)

Está reaberta a Sessão.

Deputado **JOSÉ VIEIRA** (Líder do PFL – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Conforme entendimento, peço a retirada da pauta de votação do Requerimento n. 92/2005, de minha autoria.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – A Mesa acata a Questão de Ordem do Deputado e retira o seu Requerimento de votação, para que V. Exa. marque a Sessão para uma outra data.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 93/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, acompanhado de Justificativa, o qual “Solicita ao Presidente do Conselho Federal de Farmácia, a instalação do Conselho Regional de Farmácia no âmbito do Estado do Acre”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 14 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) - Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 94/2005, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, do PT, o qual “Solicita ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CEPEL, cópia dos contratos das empresas que estão prestando, ou irão prestar serviços na BR – 364”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 14 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) - Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 95/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, o qual “Solicita a retirada do Projeto de Lei N. 33/2005, de sua autoria”.

Em discussão, não houve oradores.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) - Comunicamos ao Deputado Moisés Diniz que o seu Requerimento foi deferido.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 97/2005, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Moisés Diniz, o qual “Solicita ao Governador do Estado do Acre, a criação de uma Força Especial para fiscalizar, nos finais de semana e feriados, a saída ilegal de madeira do Estado”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 14 (quatorze) votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) - Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 98/2005, de autoria do Deputado José Luís, Líder do BSC, o qual “Solicita o agendamento de uma audiência pública para o dia 6 de junho de 2005, com a Equipe do Projeto Saúde Itinerante da Secretaria Estadual de Saúde”.

Deputado **JOSÉ LUIS** (Líder do BSC – EM QUESTÃO DE ORDEM) - Senhor Presidente, peço a retirada do Requerimento da pauta de votação.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) - Atendendo ao pedido do Nobre Deputado José Luis, retiramos o Requerimento n. 98/2005, da pauta de votação.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 99/2005, de autoria da Deputada Dinha Carvalho, do PL, que “Solicita licença das suas atividades parlamentares pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar do dia 17 de maio de 2005”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 14 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) - Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 101/2005, de autoria dos Deputados Moisés Diniz e Juarez Leitão, que “Solicita que seja realizada Sessão Especial em homenagem aos Pescadores do Acre, em 29 de junho, data em que se comemora o Dia do Pescador”.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (BPM – EM QUESTÃO DE ORADEM) – Com a anuência de V. Exa. estamos retirando o Requerimento n. 101/2005, da pauta de votação.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Atendendo o pedido dos Deputados Moisés Diniz e Juarez Leitão, retiramos o Requerimento da pauta de votação.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 102/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, o qual “Solicita que seja realizada Sessão Especial no dia 3 de agosto, com a participação dos Prefeitos do interior e dos Presidentes de Câmaras Municipais”.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (BPM – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, peço a retirada do Requerimento da pauta de votação.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Acatamos a Questão de Ordem do Deputado Moisés Diniz e retiramos o Requerimento n. 102/2005, da pauta de votação.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 103/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, do BPM, o qual “Solicita a retirada do Projeto de Lei N. 48/2005, de sua autoria”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 14 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) - Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 104/2004, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, Líder do PPS, o qual “Solicita que o horário destinado a Explicação Pessoal da Sessão do dia 14 de junho de 2005, seja destinado para ouvir os representantes em nosso Estado da APAE, do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente – CEDCA, da Escola Dom Bosco, do Centro de Educação dos Surdos – CES, do Centro de Apoio ao Deficiente Visual – CEADV, do DEFAC, bem como da Secretaria de Estado de Educação – SEE”.

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS - EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, peço a retirada da pauta de votação o Requerimento n. 104/2005, de minha autoria.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Acatamos a Questão de Ordem do Deputado Tarcísio Medeiros e retiramos o Requerimento da pauta de votação.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 105/2005, de autoria do Deputado Delorgem Campos, o qual “Solicita a retirada do Projeto de Lei N. 42/2005”.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao Deputado Delorgem Campos que iremos retirar, da pauta de votação, o seu Requerimento.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 100/2005, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, o qual “Solicita que o Grande Expediente da Sessão do dia 7 de junho de 2005, terça-

feira, dia em que se comemora o Dia da Liberdade de Imprensa, seja destinado para ouvir os jornalistas, radialistas e trabalhadores da imprensa”.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Conforme entendimento entre as lideranças partidárias, pedimos ao Nobre Parlamentar, mais uma vez, que retire da pauta de votação o seu Requerimento, como fez vários Deputados, porque existem restrições, por alguns Parlamentares, do número de Sessões especiais que este Parlamento tem realizado.

Concedemos Questão de Ordem ao nobre Deputado Tarcísio Medeiros.

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, essa questão foi debatida rapidamente, não com todas as lideranças. O Deputado José Vieira retirou o seu Requerimento, todavia o meu Requerimento pede justamente que convidemos à Imprensa, para que possamos falar sobre o Dia Internacional de Liberdade de Imprensa. Essa Sessão era para estar sendo realizada hoje. Infelizmente, a Casa já tinha agendado uma atividade para hoje, fruto do Requerimento do Deputado José Vieira, mas havendo a concordância do Deputado de retirar o seu Requerimento, por que não aprovarmos esse, para ouvirmos, amanhã, ou quinta-feira, o pessoal da Imprensa?

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Deputado Tarcísio Medeiros, entendemos o seu desejo e lhe parabenizamos pela importância do Requerimento. Diante disso, iremos conceder p tempo da Explicação Pessoal, da Sessão de quarta ou quinta-feira, para que possamos receber os membros da Imprensa. O Senhor escolhe.

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, eu não sei por quais os motivos que não estão querendo que a Imprensa venha para esta Casa. Eu estou pedindo apenas o tempo do Grande Expediente, se ficar para a semana que vem, não importa mais. Se a Mesa achar que tem que ser só na Explicação Pessoal, tudo bem. Eu mesmo já venho trabalhando essa idéia, agora que se coloque em votação essa proposta, caso contrário, eu não retiro e nem aceito que V. Exa. apresente um Requerimento e subscreva em meu nome.

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Já que não há acordo e o Deputado autor do Requerimento levanta a possibilidade de nós não aceitarmos essa proposta, o que não é verdade, então vamos aplicar corretamente o Regimento. O Requerimento do Deputado pede uma sessão para hoje, como não é possível, ele apronta o Requerimento e amanhã, apresenta na Ordem do Dia, dizendo qual é o dia que quer que seja realizada a Sessão com os membros da Imprensa. Nós estamos tentando um acordo desde cedo, não conseguimos. Deputado, a Questão de Ordem está comigo. Senhor Presidente, o Deputado Tarcísio altera o seu Requerimento e coloca a data que quiser. V. Exa. poderia se aquietar? Quando não há acordo, que se aplique o Regimento.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Eu não estou compreendendo porque toda essa polêmica. Vai ser um debate muito bom, porque há tempos que estamos querendo discutir sobre essa questão da Imprensa. Quando a Mesa e os Deputados querem, eles deliberam, inclusive, muitos Requerimento não são nem votados. Faz-se reuniões aqui dentro, chama o pessoal lá de fora e realiza a Sessão no outro dia. Agora querem mudar tudo, porque o convite é para a Imprensa? Eu quero crer que o motivo não seja este. Eu gostaria de deixar meu repúdio, com relação a esse Requerimento do Deputado Tarcísio. Mudanças de regras, deixemos para o próximo período. Eu, pelo menos, quero discutir esta questão da Imprensa.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos à Deputada Naluh Gouveia, que inclusive participou do debate, onde nós fizemos um acordo, porque houve críticas sobre o excesso de sessões especiais, o que culminou com a retirada de outros Requerimentos e não só o do Deputado Tarcísio.

O Deputado disse que não retira o seu Requerimento e nós respeitamos a sua posição, porém, todos os outros colegas retiraram

seus Requerimentos, para que possamos encontrar um meio de não prejudicar o andamento das sessões. De forma alguma, queremos prejudicar a Imprensa e nem há necessidade disso. Não se trata disso. Houve um entendimento, o próprio Deputado José Vieira acatou a nossa sugestão.

Agora o Deputado Tarcísio disse que não abriria mão, porque se tratava de um Requerimento dele. E ele tem todo o direito. Ao plenário cabe votar ou não. Houve um entendimento, para que se conceda o horário da Explicação Pessoal, é isso que nós estamos alertando.

O nobre Deputado Edvaldo Magalhães, Líder do Governo, aqui na Casa, sugeriu ao Deputado Tarcísio que mudasse a data, que inclusive está errada. No Requerimento o Deputado Tarcísio solicita que o debate seja feito no Grande Expediente, mas ficou decidido que só poderá ocorrer no horário da Explicação Pessoal, porém como o acordo foi quebrado, vamos colocar o Requerimento para apreciação do plenário.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 15 votos.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Explicação Pessoal

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, profissionais da Imprensa, o Partido dos Trabalhadores, tem ocupado as nossas televisões com as inserções que lhe são garantidas por lei, para fazer uma falsa e desesperada acusação à Oposição desse Estado, querendo incutir na cabeça do povo acreano que a Oposição do Acre, pelo fato de ser oposição e não estar encastelada no Governo, obviamente, tenta reproduzir a extorção que os Deputados de Rondônia ou tentaram fazer ao Governador, o qual num gesto que deve ser aplaudido, fez gravações as quais repassou para a Rede Globo e outros canais de televisão para que esses levassem ao conhecimento da população, ao povo brasileiro, o fato de que Rondônia possui políticos que recebem mensalão, ou que gostariam de receber.

O Presidente do PT, Deputado Sibá Machado, ao invés de olhar para o seu partido e propor a expulsão do PC Farias do PT, Senhor Delúbio Soares, que deveria ser chamado de dilúvio porque foi o que ele provocou essa avalanche de escândalos, tenta, num gesto insano e desonesto acusar a Oposição de chantagem, levantando uma dúvida, a qual ele deveria esclarecer provando qual Deputado da Oposição foi à Casa Rosada ou no Palácio do Governo chantagear o Governador Jorge Viana. O Senador tem essa obrigação, sob pena de se tornar um homem desmoralizado, incoerente e que não preza pela sua palavra. Ao dizer que a Oposição faz no Acre o que os Deputados de Rondônia fizeram lá, ele está deixando implícito uma acusação à todos que fazem parte da Oposição, o que nos dá o direito de questioná-lo judicialmente.

Aproveitando o espaço que o meu partido tem, eu estou ocupando as nossas Sessões para pedir aos Senadores Sibá Machado e Tião Viana e principalmente aos Deputados do PT, que deixem de covardia, e se não temem as investigações e assinem as CPIs.

Ora, o Senador Sibá Machado, como eu digo no nosso modesto programa, está olhando o cisco no olho dos outros e esquecendo a estaca que já está aqui no nariz dos petistas, que estão se afogando nesse mar de corrupção, tentando ludibriar a população acreana. Nem nos tempos mais negros do Fernando Collor de Melo se viu um país tão acabrunhado, tão cabisbaixo como o nosso, porque o povo brasileiro poderia esperar tudo, menos que o PT fosse um partido mais corrupto do que os outros e aí eu vejo as notas encabuladas que o PT, através do seu presidente, tem assinado, dizendo que o partido defende a apuração da verdade. Como? Me diga Senador Siba Machado o nome do Deputado do PT do Acre, que gravou a sua assinatura no requerimento da CPI? Nem o Senador Tião Viana, muito menos o Zico Bronzeado e o Henrique Afonso. O Deputado foi falar da corrupção do tempo do império, mas não falou da dele.

O Deputado Nilson Mourão, num gesto que nos envergonha, disse que o Governo não poderia propor CPIs, quem teria que fazê-lo seria a Oposição, quando a investigação interessa muito mais ao Governo do que à Oposição. Acontece que ele não quer de forma nenhuma apurar a verdade.

Num trecho da nota, há o reconhecimento de que os Deputados do PT, procuram a Corregedoria da Câmara para denunciar o Roberto Jéferson, que é uma presença indesejável.

Ora Deputados, quando o Roberto Jéferson foi usado para aprovar a taxação dos inativos, ele era o parceiro do Presidente Lula, quando ele foi assediado para votar a Reforma Previdenciária, como também as matérias do Governo, ele era tido como amigo, pois o próprio Presidente afirmou e está registrado na Revista Veja, que não deixaria parceiros pelo meio do caminho e que o Roberto Jéferson merecia um cheque em branco. Então, porque agora estão querendo abandoná-lo?

Deputado Chagas Romão, todas as crianças deste País sabem que o Roberto Jéferson era da tropa de choque do Fernando Collor de Melo, só o PT não sabia, só o Presidente Lula não sabia.

Parece-me que o Deputado do PTB Roberto Jéferson, fez um favor enorme ao seu grande amigo, o Presidente Lula, porque em janeiro, como foi confirmado pelos Deputados Aldo Rabelo e Miro Teixeira, eles já haviam avisado o Presidente de que existia a história do mensalão, que só veio à tona agora, porque parece que criaram o movimento dos sem mensalão. A crise de abstinência aos Deputados da base aliada foi o suficiente para que eles se revoltassem e passassem a votar contra o Governo, contra o candidato Severino Cavalcante, e impusessem derrotas ao PT, exatamente porque pagaram alguns meses e depois parece que abusaram um pouquinho e eles não arranjaram dinheiro suficiente.

Mas, Senhor Presidente, nós torcemos para que este país não caia no caminho da ingovernabilidade, e gostaríamos de mandar aqui do Acre, uma mensagem aos nossos Deputados Federais do PT, do PP e do PL pedindo que esse lamaçal, esse cipoal de corrupção seja investigado e que as investigações sejam aprofundadas, não protegendo ninguém. Não venham depois com argumentos fajutos de que a Polícia Federal já está investigando, porque a verdadeira investigação é a da CPI. E eu fico às vezes, envergonhado quando um Deputado diz: “A Polícia Federal e o Ministério Público já estão apurando”, porque ele está abrindo mão da prerrogativa constitucional que um Parlamentar tem, que é fiscalizar o Poder Executivo. Nós não podemos, de forma nenhuma, delegar a outros, aquilo que é nosso, aquilo que a Constituição nos garante, e somente com uma Comissão Parlamentar de Inquérito o povo e a Imprensa participam das investigações. Agora, para concluir, Senhor Presidente, quero dizer ao Senador Sibá Machado que a nossa preocupação é saber se ele ensinou ao Presidente Lula ou se foi o Presidente que ensinou aos Deputados de Rondônia.

(Sem revisão do Orador)

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (Líder do PSC) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu acho que o debate, hoje, poderia ter sido bem melhor, se tivéssemos nos unido para comentar o que aconteceu na política do Brasil, ontem e antes de ontem, que mexeu até com o dólar, Deputado Luiz Calixto. O Presidente Lula estava cabisbaixo, durante o seu discurso e dizem que ele até chorou. Mas é o Brasil que está chorando, vendo essa discussão toda, esse lamaçal de corrupção no Governo petista.

As denúncias estão chegando. O que aconteceu com o Fernando Collor, está se repetindo. Inclusive eu já disse para alguns companheiros: se o Presidente Lula não tiver pulso, não tiver coragem, ele cairá, assim como aconteceu com o Fernando Collor.

O Senador Arthur Virgílio disse que estava pronto para ajudá-lo a botar os maus políticos para fora do Governo dele, se ele tivesse coragem, e o PSDB, o PFL e outros partidos de Oposição o ajudariam a administrar o País. Eu achei de uma sapiência muito grande essa afirmação do Senador, porque está faltando ao Presidente, coragem para reorganizar o seu Governo, unindo o seu partido aos partidos aliados, mas tirando aqueles que não estão contribuindo. Tem que ter coragem e dizer: quem manda aqui sou eu, porque ele não está tendo o controle da Presidência. Eu acho que isso é ruim para todo o Brasil, que está vendo que o Presidente não tem pulso para governar. É como qualquer cidadão que não tem autoridade suficiente para tomar conta da sua casa.

Quero informar aos companheiros desta Casa, que conforme já havia falado para alguns companheiros da Imprensa, eu estaria saindo do PSC. Desde o congresso que participei em Brasília, no mês passado, que eu tenho dito aos companheiros do PSC que não ficaria mais no Partido, tendo em vista alguns fatos acontecidos naquele congresso, os quais eu não aceitava. O fator principal foi a filiação de uma pessoa por

quem eu não tenho afinidade, que conheci lá, que é a ex-candidata a Deputada Federal Antônia Lúcia. E eu naquele momento falei lá no congresso que não aceitava, que não tinha relacionamento nenhum com aquela pessoa, que só conhecia pelos jornais e não poderia aceitá-la no Partido que eu fui o primeiro a representar no Estado. Uma pessoa que não tinha relacionamento nenhum com o PSC e que não ia implantar a Oposição que eu estava fazendo, porque era ligada ao Governo do Estado. Naquele momento, fui informado que também o Deputado Helder estaria vindo para o PSC, o qual é meu amigo de infância, mas que hoje é do PSDB e está apoiando o governo. Disse no congresso que eles não eram de Oposição como dizem que o PSC é, portanto, são do apoio do governo e esse era mais um motivo pelo qual eu deveria sair do Partido.

Depois dessa discussão, recebi um convite do Deputado João Correia para me filiar ao PMDB. O ex-Deputado Vagner Sales também me fez esse convite. O Deputado Federal Júnior Betão, meu amigo, me fez o convite para ir para o PL e o Presidente do PSDB também.

Quando saí daqui, na quinta-feira, recebi um convite, por escrito, dos companheiros do PFL e naquele momento aceitei e liguei para o Deputado José Vieira, um companheiro aqui da Assembléia com o qual me dou muito bem, pois não temos nenhuma divergência aqui dentro, para contar que havia recebido um documento dos componentes do PFL, convidando-me para fazer, junto com eles, um PFL mais aguerrido, mais forte.

O PFL faz Oposição a esse Governo, desde Brasília a todos os rincões do nosso país, por isso eu o escolhi. Eu sou de Oposição, eu fiz essa opção porque me desiludi com o outro lado. Então, não fui para o PMDB, que como nos falou o Deputado Chagas Romão, tem um bocado para lá, um bocado para cá, não, eu quero ficar num partido, que seja Oposição e comuniquei isso, hoje, de manhã ao meu amigo Deputado José Vieira e aproveitei a oportunidade para ler aqui, para os companheiros, a carta que eu recebi.

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL – ACRE

DIRETÓRIO MUNICIPAL DE RIO BRANCO

Nós militantes, dirigentes e filiados do Partido da Frente Liberal Acre, vimos através deste, convidar o Deputado N. Lima para se filiar em nosso partido, tendo em vista sua postura de Oposição ao Governo do PT.

Rio Branco, Acre 01 de junho de 2005.

Francisco Hamilton Lucena Presidente Exec. Municipal	Paulo Jean da Silva Ximenes Vice-Presidente
Márcio Luiz Paiva de Lima Membro do Diretório Regional	Golbery Paiva de Lima Presidente do PFL jovem Regional
Faide Maria da Veiga Simão 1ª Secretária Exec. Regional	Raimundo do Nascimento Aragão 2º Tesoureiro Exec. Regional
Sebastião Melo Francisco Membro Exc. Regional	Elaine Gurgel 2ª. Secretária Regional
Lazaro Feitosa Membro	Jeniffer Cristine Presidente PFL Mulher Municipal

Como eu disse ao Deputado, a minha escolha tanto é boa para o PFL como para mim, tendo em vista o projeto que nós temos para este Estado. Nós fazemos Oposição ao Governo da Frente Popular e que está aí emaranhado de escândalos na mídia nacional. É por isso que nós fizemos essa opção de ir para o PFL, porque o achamos um Partido grande, onde teremos mais condições de fazer Oposição. Faremos uma Oposição séria e junto com o Deputado José Vieira e demais companheiros do PFL, pessoas jovens, poderemos contribuir muito para o nosso Estado.

Gostaria de deixar registrado meu pedido de desculpas ao Deputado Chagas Romão, porque não pude fazê-lo na mesma Sessão em que eu me excedi.

(Sem revisão do orador)

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, para podermos

garantir a continuidade do debate sobre os acontecimentos em Brasília, solicitamos a prorrogação da Sessão.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, inicialmente, quero me posicionar favorável à Questão de Ordem levantada pelo Deputado Edvaldo Magalhães, mesmo reconhecendo que ela foi pedida para que o próximo inscrito pudesse falar, inclusive foi mudada a ordem das inscrições. Mas gostaria que V. Exa. nunca esquecesse desta Questão de Ordem, porque em outro momento nós gostaríamos de usar este precedente. Então, quando qualquer outro Deputado fizer esse mesmo pedido de prorrogação, que o mesmo seja atendido. Porque, amanhã, basta o Deputado Ronald Polanco chegar aqui mais cedo e se inscrever em todos os expedientes e falar o que ele bem entender. Agora prorrogarmos a Sessão para atender a uma conveniência, eu não acho pertinente.

Deputado **CHAGAS ROMÃO** (Líder do PMDB – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, como se trata de uma Sessão especial, nem estamos votando nenhuma matéria, acredito que esta Sessão não pode ser prorrogada.

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, concordo com os Deputados Luiz Calixto e Hélio Lopes, que fique registrado nos Anais.

A Senhora está esquecendo que para aprovar aquele Requerimento foi a maior luta. Então, Deputada Naluh Gouveia, quando eles querem, ajeitam tudo. Outra hora pedirei a prorrogação da Sessão. Ai vocês não vão querer fazer o que sempre fazem.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Colocamos em votação a prorrogação da Sessão.

Aprovada por quatorze votos a favor e um contra, do Deputado Luiz Calixto. Face o resultado da votação, prorrogamos a presente Sessão.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM QUESTÃO DE ORDEM) - Senhor Presidente, esta casa não pode definir um Regimento a cada dia e a cada situação. Nós paralisamos a Sessão para discutir assuntos que não eram de interesse da Casa e, por isso, atrasamos a realização da Explicação Pessoal.

Pelo fato do Deputado Ronald Polanco não ter feito sua inscrição em tempo hábil, nós rasgamos o Regimento para atender uma situação momentânea. A Mesa não pode agir de acordo com as conveniências. Amanhã o Deputado Ronald Polanco pode chegar às 9 horas e se inscrever em todos os Expedientes. Agora porque a Sessão foi suspensa, o Deputado Polanco quer falar. Ora Senhor Presidente, façam o que os Senhores quiserem, do jeito que quiserem.

Deputado **RONALD POLANCO** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, um dos Parlamentares que mais tem levantado o debate neste Plenário tem sido o Deputado Luiz Calixto, mas eu não acredito que V. Exª. queira aprofundar a discussão, até porque está se pautando apenas nas informações da revista Veja e numa entrevista de um desesperado, inclusive, excluído do seu partido. A informação agora é de que o Deputado Roberto Jefferson não faz mais parte do PTB, visto que sua bancada o afastou para ser investigado e que o Presidente da Câmara Federal está pedindo que seja atendido por um psiquiatra.

A bancada do PT, em nível federal, respeitou até o último momento as alianças feitas no Congresso Nacional. Porque não tem nenhum partido que consiga ter maioria no Congresso. O Deputado Luiz Calixto citou o nome do Deputado Nilson Mourão, do Zico e do Henrique, eles não assinaram a CPI, por orientação partidária. Mas, em épocas anteriores, teve Parlamentares do Acre, que enlamearam o País. No PT, não tem! Nós estamos sob orientação partidária, mas como houve uma pressão da bancada, eles resolveram assinar as CPI's no Congresso Nacional. Então, Deputado Luiz Calixto, V. Exa. está desinformado e agimos assim para dar confiança em todos os partidos, agüentamos até o último momento, agora, nós vamos assinar as CPI's.

Outra informação é o que o Governo do Presidente Lula não tem nada a ver com isso, pois trata-se de uma acusação entre partidos.

Se alguém do PTB falou que alguém do PT pagou para pessoas do PP ou do PL, é um problema do Congresso, não é um problema do Governo. Então, Deputado Luiz Calixto, há uma pressão muito forte e Roberto Jefferson só está fazendo isso, porque a PF, que tem total isenção e independência nesse Governo, está investigando a sua vida, por isso ele está tentando enlamear o Congresso Nacional. E não há essa contaminação toda na economia, Deputado Nogueira Lima. Nós estamos tentando ser responsáveis e precisamos ganhar a confiança do País e de investidores internacionais.

Não podemos fazer o jogo, que não seja maduro. O País precisa mostrar que tem maturidade para resolver seus problemas internos. E aqui nós não vamos aceitar que seja contaminado o discurso fácil, sem muita profundidade.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE) – Obrigado pelo aparte Deputado, eu não sei exatamente em que diminui ou em que ameniza o fato do Deputado Roberto Jefferson ser avaliado por um psiquiatra. A denúncia foi feita e é grave. Estando ele doido ou não, a denúncia é forte e atinge o coração do PT. Discordo de V. Exa. quando diz que isso não enlameia o PT. O homem que viabilizava, que arrecadava os recursos e chantageava empresários para dar a mesada, o mensalão, aos Deputados, é o terceiro homem do PT. Um homem que priva da maior confiança da estrutura partidária, ele tem influência dentro do governo sem ser funcionário público, sem exercer cargo de confiança. Eu louvo a iniciativa do PT em assinar a CPI. Agora, diga-se de passagem, que o PT está assinando essa CPI forçado pelo clamor popular, forçado pelos noventa por cento da população que quer a CPI. Porque antes, imaginava-se que era possível abafar, manobrar e esconder. Foram feitas todas as tentativas para que os seus Deputados não assinassem, inclusive, olhem a contradição que o PT está passando: propuseram a expulsão de alguns políticos; o Senador Eduardo Suplicy foi humilhado no Plenário do Senado Federal porque assinou o Requerimento. E agora que “Inês é morta”, tem que pegar a carona do apoio popular. O PT diz que quer a CPI e que não precisa mais de apoio, porque já está com o número suficiente exigido pelo Regimento da Câmara. Assinar a CPI agora, é oportunismo, é apenas para pegar carona no clamor popular. Mas, olha, Deputado Polanco a questão, segundo dizem por aí, é mais grave do que se imagina. Ontem, eu assisti a um pronunciamento do Deputado Miro Teixeira, do PT, Deputado de qualidade, o qual disse que mais denúncias virão. E o PT, agora, será obrigado a assinar. Antes, tenho certeza que alguns Deputados da base, daqui do Acre, censuravam a Deputada Perpétua Almeida, mas a ela devem ser rendidas as homenagens, porque ela assinou no mesmo dia. Já os representantes do PT, vão assinar agora, quando o povo brasileiro já quer a CPI aprovada.

Deputado **RONALD POLANCO** (PT) – Deputado Luiz Calixto, a primeira coisa que o PT fez quando soube das denúncias, foi dar sinais para a bancada que nos apóiam no Congresso. Não somos nós que estamos querendo investigá-los, até que se prove o contrário, agora o Senador Suplicy não foi sob orientação partidária, ele fez por iniciativa própria. Eu acredito que um Parlamentar que não recebe orientação partidária, ele não ajuda a construir nenhuma democracia, nenhum cenário favorável. Deputado Luiz Calixto, hoje, eu tenho uma posição e, amanhã, tenho outra! Que institucionalidade eu vou deixar para o futuro? Quase nenhuma. Então, Deputado Luiz Calixto, o PSDB, parece-me que foi eleito com a segunda maior bancada do Congresso, hoje, é a sétima. Essa movimentação partidária é que faz com que aconteça hoje, dificuldade de governabilidade. Deputado Luiz Calixto, a bancada do PT, está consciente do que fez. Nós não vamos fazer nada sobre pressão de ninguém. E, em momento algum, vamos dar sinais de que nós não estamos confiantes. Nós nunca deixamos de lado aqueles que estão ao nosso lado, jogados a própria sorte. O Presidente Lula disse que não terá misericórdia de aliados envolvidos em qualquer caso de corrupção.

Deputado Luiz Calixto, já que V. Exa. colocou que o Secretário do PT pega dinheiro de empresários, eu acho que V. Exa. deveria ser ouvido no Congresso Nacional. V. Exa. esteve conosco na bancada de sustentação do governo aqui, e creio que V. Exa., em nenhum momento, viu o Governador ou Secretário de Estado, pagarem qualquer vantagem aos Parlamentares que não sejam as vantagens pagas por esta Casa. Deputado Luiz Calixto, V. Exa. não pode responsabilizar o partido.

Somos um partido que está à frente da Presidência da República, do Governo do Estado, portanto precisamos criar governabilidade, pois não temos a maioria no Congresso Nacional. O PT nunca assinava CPI contra aqueles companheiros que fazem parte da base do Governo na Assembléia, e tiveram qualquer envolvimento.

A situação dos Correios envolve cargo de confiança vinculado ao PTB. E o PT teve toda coerência. Nós poderíamos ter colocado a nossa bancada de primeira, mas não colocamos, esperamos até o momento em que o Presidente do PTB enlameou o Congresso Nacional. Agora, nós vamos pedir investigação. Então, Deputado Luiz Calixto, fazer discurso político em cima de cenários que não são verdadeiros, eu acredito que não é uma boa prática política, visto que não contribui para o engrandecimento da Democracia e nem deste país. (Sem revisão do orador)

Deputado **HÉLIO LOPES** (Líder do PL) – Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, primeiro quero parabenizar o Deputado Edvaldo Magalhães pela Questão de Ordem pedindo a prorrogação da Sessão. Eu acho Deputado Nogueira Lima que diante dos fatos que estão acontecendo neste país, o ideal seria que nós entrássemos pela noite debatendo, embora, de nada vai adiantar vir à esta tribuna defender o PT a nível nacional. Diante da situação em que ele se encontra é querer defender o indefensável. A população, a Nação está criticando e de cabeça baixa; o brasileiro hoje está triste com o que está acontecendo no nosso País: é escândalo por cima de escândalo há algum tempo. Todas as edições da revista Veja dos últimos três meses trazem em suas capas, manchetes sobre os escândalos do Governo do PT. No entanto, eu acho que os Parlamentares do PT têm o direito de defender a sua agremiação partidária.

Eu gostaria Senhor Presidente, que a Sessão hoje, fosse até as 5 horas, porque assim, eu me inscreveria novamente e teria oportunidade de falar sobre as coisas que estão acontecendo aqui no Acre também.

Será que as pessoas não percebem a maneira como têm sido tratadas? Da entrada do bairro Calafate para lá, onde há um posto de gasolina, próximo àquelas mangueiras, existem quinze bairros Deputado Calixto, os quais levaram um calote político da Frente Popular nas últimas eleições. São aproximadamente quarenta mil pessoas que vivem ali, e foram enganadas. Cerca de quinze dias antes das eleições a FPA forjou a obra de duplicação daquela via, onde colocaram quatro máquinas raspando as laterais, mas depois das eleições as retiraram. Hoje só existe poeira.

Temos que discutir aqui Deputado Nogueira Lima, esses calotes políticos que ultimamente as candidaturas vêm dando no povo acreano.

Ontem eu participei de uma reunião no bairro Tucumã, onde as pessoas reclamavam que há cinco dias não chegava água do Saerb naquele bairro. No entanto, há poucos meses a população via na televisão a propaganda da Frente Popular dizendo: “Faz 8 anos que Rio Branco não tem Prefeitura”. E continua assim Deputado Calixto, porque não tem água, enganaram a população do Calafate com aquela duplicação, e também não dão explicação sobre os motivos pelos quais a Vila Olímpica está parada até hoje. Será que é porque não têm coragem de dizer que o problema foi o superfaturamento da obra e por isso foi embargada pela Justiça?

É por isso Deputado Calixto, que eu acho bom a prorrogação da Sessão. Se depender de mim, ficamos até amanhecer o dia, pois não faltarão assuntos.

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (Líder do PSC – EM APARTE) – Os fatos que estão sendo divulgados, a nível nacional, Deputado Polanco, não somos nós quem estamos inventando. Até a Rede Globo que se abstinha de falar sobre o Governo Lula, denunciou os escândalos em três jornais ontem. Então não há motivos para culparmos o Senador Tal ou o Fulano pelo que está acontecendo. Hoje pela manhã, o Senador Cristóvão Buarque deu um depoimento que eu acho que deixou constrangidos todos os petistas. Ele falou dos escândalos do PT, de tudo que está acontecendo. Disse que os integrantes do partido votaram a favor da taxa dos aposentados e do valor do salário mínimo. Falou também Deputado Hélio Lopes, sobre mais esses escândalos que estão ocorrendo, e ele não está mentindo. O Senador Suplicy foi crucificado porque colocou a sua opinião. Será Deputado Polanco, que

a Deputada Naluh seria crucificada aqui, por colocar suas posições? Será que nós não podemos dizer ao partido e à população o que nós pensamos, e achamos? Então Deputado Polanco, não dá para defender o Governo. É impossível, porque não somos nós quem estamos inventando esses fatos. V. Exa. está fazendo um discurso excelente, mas a situação do nosso Estado também não está boa. O escândalo só não é maior, porque apenas um órgão da Imprensa está divulgando; os demais estão calados. Hoje pela manhã, lendo o jornal, eu pude constatar o que eu sempre denuncio aqui: a Segurança está sendo administrada por pessoas que não têm competência para isso. Em alguns casos a polícia tem que virar as costas. O jornal diz que uma RP foi acionada para prender algumas pessoas que estavam fazendo uma contravenção promovendo rinha. Essas pessoas foram autuadas, mas o Secretário telefonou para o Comandante e este mandou a RP sair de lá. Imaginem Senhores como devem ter ficado aqueles policiais militares. Será que isso não é o caos? Os escândalos não acontecem apenas no nosso Estado, mas no Brasil inteiro. Portanto, estamos vivendo o caos, e não adianta o PT querer jogar para debaixo do tapete, porque nós estamos atentos.

Deputado **HÉLIO LOPES** (Líder do PL) – Às vezes, Deputado Nogueira Lima, eu acho que se tivéssemos tido o mesmo interesse que estamos tendo hoje em debater a situação que este País vive teria sido bem melhor. Inclusive Deputado Calixto, acho que a Oposição foi um pouco omissa.

No ano passado, o próprio PT taxou os inativos deste País, os aposentados, fez mudanças na Previdência que mudaram a vida de muitos brasileiros. Acho que, naquele momento, nós deveríamos ter ido para as ruas Deputado Calixto. O povo do Acre não soube disso. Porém, eu acho que não dá mais Deputado Chagas Romão, para ficarmos ouvindo Parlamentares defendendo o Presidente Lula, que, num gesto que pode ser entendido como: me perdoa que eu não faço mais, apenas chora. No entanto, o PT não perdoou o Collor, quando um simples Fiat Elba foi a causa de tudo. Os Senhores devem se lembrar que o povo brasileiro pintou o rosto de verde e amarelo e invadiu as ruas de Brasília pedindo a sua queda.

Naquela época, o PT era duro, mas hoje, o PT não pede para que o povo se pinte de novo e peça a renúncia do Presidente Lula. Um Fiat Elba, Deputado Calixto, seria o valor que eles pagam a cada Deputado, e a causa de todo o escândalo do Collor, foi apenas um. A proporção é muito grande.

Eu encerro meu pronunciamento um pouco triste com alguns colegas que tentam, diante da opinião pública e da Imprensa, defender o que não tem defesa. É como advogar para um estuprador de criança, e isso nós não podemos permitir.

(Sem revisão do orador)

Deputado **CHAGAS ROMÃO** (Líder do PMDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhoras e Senhores no Salão do Povo, Imprensa, quero dizer que parei no tempo com as declarações do Deputado Polanco. O PT não vai instalar uma CPI para investigar o próprio Partido. Agora se tiver alguma irregularidade no PMDB, eu quero que os culpados sejam punidos, eu não quero nem saber se ele é do PMDB, do PT, do PFL, de qualquer partido.

Eu acho um grande absurdo o que vem acontecendo no Governo Lula. Primeiro veio o escândalo do Waldomiro Diniz, aí colocaram para debaixo do tapete, agora é o escândalo dos Correios. Quando os Parlamentares conseguiram as assinaturas para a instalação da CPI foi aquele corre-corre, pedindo que retirassem as assinaturas. É uma vergonha para o nosso país não querer fiscalizar essas denúncias. Nós temos que fiscalizar, seja de que partido for. Eu acho um absurdo.

O Senador Pedro Simon dizia: “Atentai, ó Lula, para o clamor do povo”. Nós fomos eleitos para defender o povo, nós não podemos ficar omissos a essas irregularidades. Ninguém é a favor disso. É um absurdo! Eu acho que tem que ser investigado, seja de que partido for.

Eu acho um grande absurdo nós estarmos debatendo essa questão, porque não cabe na cabeça de ninguém que as denúncias que estão sendo feitas no Congresso Nacional não sejam investigadas, Deputado Calixto. Nós não podemos aceitar isso. E a população do Brasil tem que ir para as ruas, caso contrário, essas denúncias vão ficar no vazio.

Deputado **RONALD POLANCO** (PT – EM APARTE) – Deputado Chagas Romão, primeiro que eu não falei para investigar ou não os membros do PT, o que eu coloquei é que PT é um Partido majoritário. No caso dos Correios as denúncias são contra um funcionário de carreira e é um membro indicado pelo PTB, então não é o PT que vai tomar a iniciativa. Realmente, nós resistimos a instalação da CPI. Agora boa parte do PMDB também foi contra a CPI, então é uma incoerência de V. Exa. dizer que não queremos assinar o pedido de CPI. O próprio PTB, PL, PP, a maioria dos membros da base do Governo querem a CPI e o PT também. Então, Deputado Chagas Romão, nós somos coerentes com todos os companheiros. Nós não somos os primeiros a assinar. Vamos estar totalmente coerentes com as posições de quem governa e não somente fazer barulho político; nós não queremos antecipar as eleições, pois é o melhor ano para se fazer investimentos. Então, Deputado, não é uma crítica ao PMDB, pois esse Partido tem a sua função, o seu papel. Renan Calheiros, por exemplo, hoje é um dos grandes líderes. Ele é muito coerente e pediu a instalação da CPI e, agora, o PT está dando total apoio. Não foi a pressão popular que fez com que o PT assinasse o pedido de CPI, mas a conjuntura política, pela qual a base toda foi envolvida. Deputado Chagas Romão, sabe porque o Presidente do PTB está falando o que não deve? Porque ele está fazendo a política do fuxico, pois a Polícia Federal está chegando bem pertinho dele. Ele esteve constantemente, desde o governo Fernando Collor, nessa base gelatinosa, que é a nossa política nacional e agora, nós botamos a Polícia Federal no seu calcanhar.

Deputado **CHAGAS ROMÃO** (Líder do PMDB) – Deputado Ronald Polanco, eu discordo do nobre colega, o PT é que está no governo, então é ele que tem que fiscalizar primeiro. O exemplo tem que começar de casa. O Parlamentar que apoiar essa corrupção vai parar na vala comum.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE) – Meu querido amigo Chagas Romão, parabéns pelos seus discursos. Algumas pessoas tentam amenizar o escândalo dos Correios, dizendo que era um roupinho feito por um funcionário de terceiro escalão, que foram só três mil reais. Ora, Deputado Chagas Romão, eu lhe pergunto se era só um roupinho, por quais razões o PT, autorizado pelo Presidente Lula e o Ministro da Fazenda Antônio Pallozi, no dia 25 de maio, véspera do feriado de Corpus Cristi, liberou as emendas individuais na ordem de 800 milhões de reais, de acordo com o que está registrado no SIAPE? Ora um roupinho de três mil reais Deputado Hélio Lopes, obrigou o Governo a abrir as torneiras e liberar 800 milhões de reais. Na verdade este Governo está atolado na lama, novas denúncias virão, o mensalão como diz a Folha de São Paulo, é devido a outros Deputados e de qualquer forma o PT cumpre o seu papel inglório de tentar defender aquilo que não tem defesa. Tanto é que agora, vendo que a população se somou ao discurso da Oposição, resolveu pegar uma carona num gesto, inclusive, oportunista, porque era para ter assinado antes se queria a verdade, se queria esta apuração. Agora não precisa nem de assinatura, a CPI já tem o número suficiente. Para finalizar, gostaria de parabenizar V. Exa. por todos os discursos, de hoje, e dizer que nós estamos sempre abertos a esse debate.

Deputado **CHAGAS ROMÃO** (Líder do PMDB) – Neste momento, fica aqui o meu repúdio a maneira como o Governo Lula tem tratado os Parlamentares. Desde as denúncias do Waldomiro Diniz, que eu ouço que a Polícia Federal e Ministério Público vão fazer as investigações. Não se pode tirar o direito do Parlamento de investigar os seus Parlamentares. Então, que se investigue os Parlamentares, o Presidente e vá a fundo no que tem que ser investigado, pode ser do PMDB ou de qualquer partido, eu acho que tem que ser investigado.

(Sem revisão do orador)

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, no Pequeno Expediente, de hoje, estiveram nesta tribuna os Deputados Naluh Gouveia, Juarez Leitão, este que vos fala e tantos outros, os quais se posicionaram na mesma linha.

Qual foi o nosso posicionamento? Admitimos que gerou-se uma crise e só tem uma forma de superá-la: ir a fundo nas investigações e punir os culpados. Isso causou um problema no Plenário desta Casa,

Deputado Juarez Leitão, porque nós fizemos o discurso da Oposição, por isso a confusão aqui em não prorrogarmos a Sessão.

Quando o Deputado Hélio Lopes estava falando, eu me lembrei daquele filme que tem o seguinte título: “Olha só quem tá falando”. Deputado Hélio Lopes, não tem ninguém nesse plenário que acredite na afirmação que V. Exa. fez de que estava saindo do PL, hoje, por conta desse escândalo nacional. V. Exa. quer sair do PL há muito tempo, quer ir para o PMDB, disse isto para mim e no Plenário desta Casa. Porém, aproveitou esse momento para dizer que vai sair por conta desse escândalo.

O que eu estou discutindo é o palanque falso que estão montando no debate de hoje. O Deputado Hélio Lopes está criticando a administração do Angelim. Olha só quem está criticando! Ele é do PL, do Isnard Leite que destruiu a cidade. Desmoralizaram a auto estima do nosso povo; acabaram com tudo e vêm aqui falar da administração do Angelim. Paciência! Olha só quem está falando!

Deputado Chagas Romão, eu estou gostando de ver a sua combatividade, V. Exa. nem sempre foi assim. Quando era da base de sustentação do Mauri, não abria a boca, aliás até se afastava daqui. O PMDB entrou na Justiça para impedir que esta Casa investigasse os convênios do Mauri. “Olha só quem está falando”. V. Exa. afirmou aqui o seguinte: “Eu repudio as colocações do Deputado Polanco, porque para mim se tiver que pegar qualquer pessoa do PMDB, que pegue”. O Deputado está com essa posição agora e eu o elogio, quero lhe parabenizar. Mas para pregar tem que ter coerência. O PMDB faz parte da base de sustentação do Governo Lula, o Renan Calheiros é Presidente do Senado, eleito com votos da base de sustentação do Governo Lula, então não me venha falar de partido, porque seu partido foi o maior que existiu na história do Brasil. Olha só quem está falando! Para manter a minha coerência eu vou ouvir o aparte do Deputado Hélio Lopes.

Deputado **HÉLIO LOPES** (Líder do PL – EM APARTE) – Obrigado pelo aparte, eu quero dizer-lhe que já faz cinco dias que não tem água no Conjunto Tucumã. Porém, durante a campanha eleitoral para a Prefeitura, muitas vezes V. Exa. discursava tendo como fundo musical aquela musiquinha que o Deputado Chagas Romão relembrou outro dia, na qual prometia molhar os nossos jardins. V. Exa. denunciava aqui da tribuna que a Prefeitura há oito anos não existia. Porém, hoje, a desculpa que a Frente Popular usa é que o rio está seco, será que é a primeira vez que o rio Acre seca? Naquele momento V. Exas. não tinham a coerência que tanto cobra, eu não estou criticando a administração, mas simplesmente cobrando uma promessa que V. Exa. fez durante a campanha.

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo) – Incorporo o seu aparte, mas já afirmando que discordo completamente do conteúdo dele. V. Exa. está tendo um surto de oposição. Não está como há três meses atrás quando não era da Oposição. Nós estamos passando por um momento de provação, estou sofrendo com isso Deputado Nogueira Lima, nunca na minha vida de militante, eu passei uma noite tão mal dormida quanto a de ontem, é como se um trator D8 tivesse passado por cima de mim, mas eu tenho certeza que a esquerda brasileira, o PT, o PC do B, não tirar alguma lição desse episódio e vão superar a crise. Vamos pegar esses corruptos do Congresso Nacional e vamos dar um salto de qualidade na composição do Governo Federal. Eu tenho certeza disso porque nós temos história e não vai ser um discurso de quem nunca construiu e nunca lutou pela democracia e nem combateu a corrupção, que vai nos desviar desse caminho, estamos passando por dificuldades, mas superaremos, podem ter certeza, mesmo que tenhamos que cortar na própria carne. Essa bandeira de ética, da Democracia no país, V. Exas, de Oposição, não vão tirar da nossa mão, porque nós temos história e V. Exas. ainda não tiveram a oportunidade de construir essa bela história nem aqui no Acre, nem no Brasil.

(Sem revisão do orador)

Deputado **JUAREZ LEITÃO** (Líder do PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero dizer que me sinto contemplado no pronunciamento dos companheiros que me antecederam e nesta oportunidade, parabeno os companheiros da Oposição por estarem fazendo o seu papel sem tentar tirar proveito político. Quem vê as matérias da Imprensa, inclusive de algumas pessoas que estão aqui, diz: olha o PT está envolvido de cabo a rabo em tudo que está acontecendo

quando nesse episódio publicado na Folha de São Paulo, sobre a entrevista do PTB, só aparece o nome do Delúbio, o que para nós é motivo de tristeza. Ontem, cheguei em casa abatido, inclusive minha esposa percebeu.

Para projetarmos o Brasil para o mundo, de forma positiva, houve um esforço muito grande do Presidente Lula e de todos nós da Frente Popular. Hoje a economia começa a crescer e as minorias começam a ter oportunidades. Estamos discutindo o combate à fome e à corrupção. Agora imagino a situação de quem está do lado do PP e do PL. Na denúncia do Deputado são mais de oitenta pessoas envolvidas. Segundo o Deputado Polanco, cento e uma. E ainda não se falou dos que estiveram aqui pedindo punição ao pessoal do PL, não do PT. Esse PT é muito doce na boca dos companheiros. Mas tenho certeza que o Presidente Lula dará uma resposta ao povo brasileiro sobre esta situação.

Atualmente com o desenvolvimento de novas técnicas, todas as denúncias são gravadas, e esse indivíduo, até agora, não apresentou nenhuma prova das suas denúncias ainda está no disse-me-disse. Não estou dizendo que elas não existem. Tenho certeza de que, se elas existirem, serão averiguadas como o povo brasileiro quer. Podem ter certeza, de que os Senhores jamais verão o PT recuando, ocultando essa ou aquela corrupção.

Deputado **RONALD POLANCO** (PT – EM APARTE) – Deputado Juarez, o Partido dos Trabalhadores está tomando muito cuidado sobre suas iniciativas e tudo tem sido pensado e discutido para que não aconteça mais o que aconteceu com o Deputado Ibsen Pinheiro, do Rio Grande do Sul, onde constava em sua conta US\$ 2.000 passou para US\$ 20.000 e parece-me que depois mudou para UY\$ 200.000 e finalmente chegou a um milhão. Moral da história: ele foi cassado e depois a própria Revista Veja pediu-lhe desculpas, e agora, parece que ele foi o vereador mais votado da história do Rio Grande do Sul e do Brasil, por conta de uma injustiça.

No processo político, muitas vezes os discursos precipitados, sem base, sem consciência, e sem informação, findam cometendo desses erros. Nós estamos maduros o suficiente, para dizer que queremos a investigação total e completa, porque já fizemos a varredura em todos os setores, não é só o Delúbio, aliás, não há provas sobre ele ainda. Porém, aqueles do Mato Grosso do Sul, inclusive um coordenador da campanha do Governador de lá, que era o dirigente do Ibama, está preso. Há muitos membros do PT na operação Curupira e em outras que foram feitas. Nunca houve tantas investigações sobre corrupção. O PT encara a corrupção como um processo que atrapalha o desempenho econômico do País, e do ponto de vista ético, tem como bandeira principal o combate à corrupção.

Eu não quero fugir da linha de pensamento, mas o que o Deputado Chagas Romão falou, fez com que eu me lembrasse de quando o Padilha era Ministro dos Transportes e fazia e desfazia. Naquela época, eu convivia com o Deputado Chagas Romão, e nunca o vi com tanta agressividade quando membros do seu partido agiam assim, eram envolvidos na corrupção nacional e nenhuma medida foi tomada. O Padilha continua solto. Nós, membros do PT, a primeira coisa que fazemos é desfiliar e tomar todas as medidas cabíveis para que a democracia deste País se instale de fato.

Deputado **JUAREZ LEITÃO** (PT) – Eu incorporo o aparte do Deputado Polanco e para concluir o meu raciocínio quero dizer que a Oposição acabou de sair de uma derrota emplacada pela Frente Popular. O que está acontecendo agora, nós já vimos antes. São acusações sobre uma série de coisas, quando está se aproximando as eleições. Estão querendo antecipar o debate de 2006. Mas se quiserem trazê-lo agora, nós vamos estar preparados.

Não adianta ficar apregoando uma coisa que não existe; eu já falei e voltarei a falar dos números apresentados e eu fico feliz por

isso. A Veja divulgou que foram presos 214 pessoas na operação Curupira e há apenas três filiados ao Partido dos Trabalhadores. Isso mostra que a própria mídia não tem tido o devido cuidado ao tratar desses episódios. Mas os Senhores estão certos, e eu não vou prestar queixa hoje por que não quero.

(Sem revisão do orador)

Deputado **FERNANDO MELO (PT)** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, infelizmente, nós perdemos muito tempo debatendo se íamos prorrogar ou não a Sessão, por isso não tivemos tempo para concluir o debate. Amanhã, quem sabe, nós prosseguiremos.

Eu gostaria de dizer que o Partido dos Trabalhadores está numa posição muito cômoda nesse sentido. Primeiro, porque é tradição do nosso partido, nunca abrir mão de investigar as coisas.

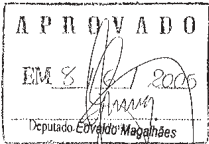
Gostaria de dizer que, neste país, temos vários instrumentos para fazer investigação, como as Polícias Civil, Militar e Federal e o Ministério Público, os quais estão tendo o devido apoio neste Governo.

A Polícia Federal, nessa Operação Curupira, estava em processo de investigação há oito meses. Portanto, podemos ter vários outros inquéritos em andamento, nos quais nós mesmos podemos estar sendo investigados, pois o Governo brasileiro não protege e nem persegue ninguém.

Obrigado.

(Sem revisão do orador)

Subsecretaria de Atividades Legislativas



PARECER N. 20/2005
PROJETO DE LEI N. 03/2005
AUTORIA: Deputado JOSÉ BESTENE
EMENTA: "Concede o Título de Cidadão Acreano ao Ilustríssimo Sr. José Rosa Paulino."

RELATORIA: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I – RELATÓRIO

De autoria do ilustre Deputado José Bestene, tramita nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, o Projeto de Lei n. 03/2005, que "Concede o Título de Cidadão Acreano ao Ilustríssimo Sr. José Rosa Paulino.

Conforme descreve o autor em sua justificativa, a concessão do Título de Cidadão Acreano, ora proposto ao Sr. José Rosa Paulino é um reconhecimento a sua inegável contribuição ao nosso Estado, com seu notório saber.

Residente no Acre desde a década de 80, Dr. José Rosa Paulino, ou simplesmente Dr. Paulino. Como é conhecido pelos amigos e pacientes, tem demonstrado todo o seu empenho para fazer do Acre um Estado desenvolvido e de melhor qualidade de vida.

Nascido no dia 03 de abril de 1947, em Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais. É casado, pai de sete filhos e reside no estado do Acre há 23 anos quando chegou ao município de Cruzeiro do Sul no dia 18 de janeiro de 1982. Dr. Paulino, adotou o Acre como sua terra, atraindo posteriormente, seus familiares e teve grande participação no sistema de saúde do nosso Estado principalmente na área de psiquiatria.

Foi nomeado Diretor do Hospital Distrital, em 1994, na gestão do Deputado José Bestene. Juntos idealizaram o projeto que mudaria a história do único Hospital de doentes mentais existente no Estado.

Dr. José Rosa Paulino está à frente da unidade de saúde há onze anos. E no ano de 1999 o então Hospital Distrital passou a chamar-se: Hospital de Saúde Mental (HOSMAC) onde vem desenvolvendo um trabalho de reconstrução, humanização e integração entre os servidores e a comunidade.

Com esse título, estaremos tornando acreano, quem já o é de coração, mostrando um pouco do nosso agradecimento àquele que a quase duas décadas defende com tanto fervor este torrão.

II- PARECER

Pelas razões supramencionadas, e estando o Projeto de Lei n. 43/2004, de autoria do Deputado José Bestene, em perfeita sintonia com os preceitos legais e constitucionais (Lei n. 5/1963, alterada pela Lei n. 177/1996), e, ainda, em consonância com a boa Técnica Legislativa, e por entender que o agraciado é pessoa proba, de reconhecida competência, honrabilidade e dignidade, fazendo jus ao Título ora pretendido, somos pela **APROVAÇÃO**, do projeto de lei n. 03/2005, respeitando, contudo a sábia decisão dos membros desta Comissão e do Soberano Plenário desta Casa legislativa.

É o Parecer.
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
8 de junho de 2005.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

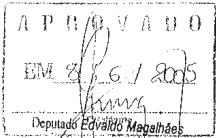
III - PARECER

PRESIDENTE:
Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE:
Deputado DELORME CAMPOS (BSC)

TITULARES:
Deputados:
FERNANDO MELO (PT)
HÉLIO LOPES (PL)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:
Deputados:
NALUH GOUVEIA (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
DINHA CARVALHO (PL)
JOSÉ LUIS (BSC)
HELDER PAIVA (PSDB)



PARECER N. 21/2005
PROJETO DE LEI N. 39/2005
AUTORIA: Deputado RONALD POLANCO
EMENTA: "Altera o § 2º, do art. 15 da Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004."

RELATORIA: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Tramita ordinariamente na Comissões de Constituição e Justiça e de Redação, o incluso Projeto de Lei acima ementado, e que por distribuição coube-me a relatoria.

A matéria em tela tem por escopo modificar o § 2º do art. 15 da Lei n. 1566/2004, concedendo aos analistas legislativos lotados na Consultoria Técnica Legislativa o direito de exercerem suas atribuições funcionais em outras unidades da Assembléia Legislativa, quando designados para este fim.

Assim, preceitua o art. 54, caput, inciso II, do art. 44, ambos da Carta Política Acreana c/c o § 1º, do art. 24 e 65 da Resolução n. 86/90, in verbis:

Constituição Estadual:

"Art. 54. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, no âmbito de sua competência, satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Constituição."

Art. 44. Compete Privativamente à Assembléia Legislativa:

...

II - elaborar e votar o seu Regimento Interno, dispor sobre sua organização, política, criação, extinção e provimento de cargos, fixando-lhes os respectivos vencimentos e vantagens.

.. "

"Art. ...

§ 1º À Comissão de Constituição e Justiça, compete, ainda opinar sobre aspecto constitucional, jurídico ou legal.

...

Analisando a proposta pelo enfoque que nos é permitido pelo art. 24, § 1º, do Regimento Interno, nada há a objetar sobre a admissibilidade e propositura da matéria, que se justifica pelo atendimento às normas constitucionais supracitadas.

II - PARECER

À luz do exposto e tendo em vista que a presente matéria não fere os ditames do ordenamento jurídico legal vigente, sendo sua finalidade única e exclusivamente de organização administrativa de servidores da ALEAC, reserva esta atribuída à Mesa Diretora, opino pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n. 39/2005, respeitando, todavia, a soberana decisão dos demais membros desta Comissão e do soberano Plenário deste Parlamento.

É o Parecer.
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO"

8 de junho de 2005.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE:

Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE:

Deputado DELORME CAMPOS (BSC)

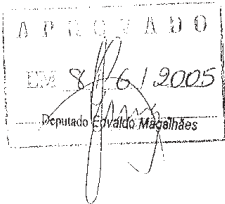
TITULARES:

Deputados:

FERNANDO MELO (PT)
HÉLIO LOPES (PL)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
DINHA CARVALHO (PL)
JOSÉ LUIS (BSC)
HELDER PAIVA (PSDB)

PARECER N. 22/2005

PROJETO DE LEI N. 13/2005

AUTORIA: Deputado MOISÉS DINIZ

EMENTA: "Institui o título de "Empresa Criança" para as pessoas físicas que contribuírem para a educação das crianças acreanas."

RELATORIA: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Nos termos do § 1º, do art. 24 da Resolução n. 86/90 (Regimento Interno da ALEA), chega a estas Comissões de constituição e Justiça e de Redação, para apreciação do Projeto de Lei n. 13/2005, que "Institui o título de "Empresa Criança" para as pessoas jurídicas e de "Amigo da Criança" para as pessoas físicas que contribuírem para a educação das crianças acreanas."

A Constituição da República proclama que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Conforme ensina Celso de Mello, "...educação é mais compreensivo e abrangente que o de mera instrução. A educação objetiva propiciar a formação necessária ao desenvolvimento das aptidões, das potencialidades e da personalidade do educando. O processo educacional tem por meta: - qualificar o educando para o trabalho e prepará-lo para o exercício consciente da cidadania. O acesso à educação é uma das formas de realização concreta do ideal democrático."

A qualidade de ensino deve ser analisada com base nos fatores internos e externos, pela avaliação e análise da compatibilidade de acordo com as necessidades e com os padrões da comunidade.

O art. 227 da Carta Magna nos diz que : "...é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

Sendo a matéria de cunho social e sua utilidade prática incontestes, pois é norma de socialização do Direito, que insere dimensões específicas dos direitos fundamentais do homem, refletindo prestações positivas da sociedade das crianças acreanas das escolas públicas estaduais do ensino médio ao fundamental.

II - PARECER

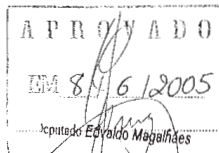
Em razão do exposto e tendo em vista que a proposição em tela não fere preceitos constitucionais ou impeditivos legais ou jurídicos, e por vir de encontro ao mais alto interesse social à nossa comunidade, somos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n. 13/2005, com as Emendas Modificativas ns. 11 e 12/2005, conforme fiz constar no relatório, parte integrante deste.

É o Parecer

S. M. J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO"

8 de junho de 2005.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

PROJETO DE LEI N.13/2005

AUTOR: Deputado MOISÉS DINIZ

EMENTA: "Institui o título de "Empresa Criança" para as pessoas físicas que contribuírem para a educação das crianças acreanas."

EMENDA MODIFICATIVA N. 11/2005.

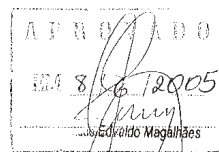
O art. 1º, do Projeto de Lei n.13 de 22 de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído os títulos "Empresa Criança", às pessoas jurídicas e "Amigo da Criança", às pessoas físicas que contribuírem para educação, adotando uma ou mais crianças das escolas da rede pública estadual do ensino fundamental e médio." (NR)

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO"

8 de junho de 2005.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES



PROJETO DE LEI N.13/2005

AUTORIA: Deputado MOISÉS DINIZ

EMENTA: "Institui o título de "Empresa Criança" para as pessoas físicas que contribuírem para a educação das crianças acreanas."

EMENDA MODIFICATIVA N. 12/2005

Dê-se à ementa do Projeto de Lei n.13, de 22 de março de 2005, a seguinte redação:

"Institui os títulos "Empresa Criança", às pessoas jurídicas e "Amigo da Criança", às pessoas físicas que contribuírem para a educação das crianças das escolas da rede pública estadual do ensino fundamental e médio."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO"

8 de junho de 2005.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE:

Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE:

Deputado DELORGEM CAMPOS (BSC)

TITULARES:

Deputados:

FERNANDO MELO (PT)

HÉLIO LOPES (PL)

LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)

ELSON SANTIAGO (BPM)

DINHA CARVALHO (PL)

JOSÉ LUIS (BSC)

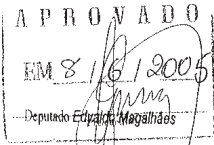
HELDER PAIVA (PSDB)

PARECER N. 23/2005

PROJETO DE LEI N. 01/2005

AUTORIA: Deputado HELDER PAIVA

EMENTA: "Altera o art. 2º da Lei n. 1.253 de 22 de dezembro de 1997, alterada pela Lei n. 1.291 de 20 de julho de 1999 e dá outras providências."



RELATORIA: Deputado FERNANDO MELO

I - RELATÓRIO

Tramita ordinariamente na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, o incluso Projeto de Lei n. 01/2005, acima ementado, e que por distribuição coube-me a relatoria.

Para uma melhor compreensão dos nobres pares do objetivo central da presente proposição, vejamos o que justifica o autor da matéria:

"Ao apresentarmos a presente matéria, a fazemos com o objetivo de como legislador adequar a legislação estadual a uma representatividade democrática no Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF.

Nesta Casa, como representantes do Povo acreano, precisamos ter assento neste importante Conselho, e com a aprovação destas alterações, seremos representados por um membro da Comissão de Educação."

É de clareza meridiana que o objetivado na presente proposição está justificado por ser o Conselho Estadual do FUNDEF, um órgão de relevante importância para a área educacional deste Estado fazendo-se assim, necessário a representação neste Conselho de um membro da Comissão de Educação desta Casa Legislativa, iniciando-se o primeiro passo para uma ampla discussão no âmbito das Comissões Temáticas desta Casa, em suma, é o que se objetiva com as alterações propostas à legislação acima referida.

Analisando a proposta pelo enfoque que nos é permitido pelo art. 24, § 1º, do Regimento Interno, nada há a objetar sobre a admissibilidade e propositura da matéria, que se justifica pelo atendimento à norma constitucional a seguir transcrita:

Constituição Federal:

"Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

..."

Constituição Estadual:

Art. 54. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, no âmbito de sua competência, satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Constituição.

II - PARECER

À luz do exposto, a matéria em tela traduz-se cristalina quanto a sua propositura e está fulcrada na reserva legal assegurada ao Deputado (art. 54, caput) da Constituição Estadual, e em consequência, não encontrando óbices do ponto de vista constitucional, jurídico ou legal, declino-me pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 01/2005, tendo em vista o largo cunho social de que se reveste a matéria, respeitando, todavia, a sábia decisão dos demais membros desta Comissão e do soberano Plenário desta Casa Legislativa.

É o Parecer
S.M.J.

A. J. J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO"
8 de junho de 2005

Deputado FERNANDO MELO
Relator

Assimilado Legislativo do Estado do Acre
Rua Afonso Porto Leal, n. 241 - Centro - CEP 69008-040 - Fone (68) 224 1760 - 223 1777 home page: abrae.ac.gov.br
Subscrevimento de Atividades Legislativas - Fone 224 2010 - Fax 224 6850

III - PARECER

PRESIDENTE:

Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE:

Deputado DELORGEM CAMPOS (BSC)

TITULARES:

Deputados:

FERNANDO MELO (PT)

HÉLIO LOPES (PL)

LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

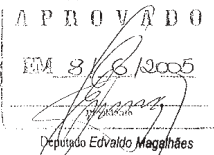
NALUH GOUVEIA (PT)

ELSON SANTIAGO (BPM)

DINHA CARVALHO (PL)

JOSÉ LUIS (BSC)

HELDER PAIVA (PSDB)



PARECER N. 24/2005

PROJETO DE LEI n. 40/ 2005

AUTORIA: Deputado JOSÉ VIEIRA

EMENTA: "Assegura ao recém-nascido o direito de exames de identificação de catarata congênita e dá outras providências."

RELATORIA: Deputado HÉLIO LOPES

I - RELATÓRIO

Autorizado pelo art. 24, do Regimento Interno desta Corte de Leis, tramita nesta comissão de Constituição e Justiça e de Redação, para a devida apreciação e emissão de parecer, o Projeto de Lei n. 40/2005, de autoria do Ilustre Deputado José Vieira, que, "Assegura ao recém-nascido o direito de exames de identificação de catarata congênita e dá outras providências."

A iniciativa é, indubitavelmente, muito louvável, uma vez que representa a preocupação com as questões relacionadas a prevenção, já que atualmente, é comum o diagnóstico de catarata congênita, pois, quanto mais precoce o diagnóstico e o subsequente procedimento cirúrgico, nos casos positivos, menos será o dano à acuidade visual provocado pela enfermidade.

Assim, um caso de catarata total, extirpada no primeiro mês de vida, provavelmente não deixará seqüelas, no entanto se deixar evoluir, durante sete ou oito anos, para então ser feita a cirurgia, possivelmente criará danos irreversíveis, determinando baixa acentuada de visão, estimada em vinte por cento a trinta por cento da capacidade total.

Para uma melhor compreensão dos nobres pares do objetivo central da presente propositora, citamos seu teor principal:

"Art. 1º Esta Lei institui a obrigatoriedade de os hospitais e maternidades da rede pública de saúde do Estado realizarem exame de diagnóstico clínico de catarata congênita, pela técnica conhecida como "reflexo vermelho", em crianças nascidas em suas dependências.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se integrante da rede pública de saúde do Estado, além das suas unidades próprias, as instituições públicas ou particular de saúde que lhe prestem serviços mediante convênio.

§ 2º O exame a que se refere este artigo será realizado sob a responsabilidade técnica de profissional médico competente.

§ 3º O exame a que se refere este artigo será realizado em no máximo trinta dias de vida do recém-nascido.

Art. 2º Fica assegurado ao recém-nascido portador de catarata congênita o encaminhamento para cirurgia, em prazo não superior a cento e vinte dias, a contar da realização do diagnóstico, bem como a comunicação ao órgão estadual de saúde competente, objetivando a constituição de um banco estadual de dados.

Parágrafo único. As maternidades e os estabelecimentos hospitalares congêneres que não dispuserem de estrutura cirúrgica capaz de solucionar o problema, deverão encaminhar os casos positivos aos hospitais capacitados para tal e devidamente credenciados ao Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 3º O Órgão estadual de saúde competente colocará à disposição das entidades profissionais específicas os dados, trabalhos e estudos integrantes do banco estadual de dados sobre catarata congênita.

Art. 4º O responsável legal pelo recém-nascido receberá, quando da alta médica, relatório dos exames e/ou procedimentos realizados em relação ao exame."

Nos termos da Carta Magna Estadual no seu art. 54 dispõe, in verbis:

"A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governo do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, no âmbito de sua competência, satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Constituição".

Considerando o que dispõe a Constituição Federal, no capítulo saúde, em seus arts. 196 a 200 e as Leis Orgânicas da Saúde ns. 8.080, de 19 de setembro de 1990, o projeto de lei em questão não encontra desalinho Constitucional, posto que a Carta Magna já privilegia e resguarda algumas vantagens às minorias, nada tendo o presente projeto que fira a lei ou a justiça.

II- PARECER

Não havendo óbices à proposição analisada, e por considerar que a proposição em tela não fere dispositivos constitucionais, jurídicos e legais conforme dispõe a Carta Magna Estadual, art. 54, no tocante a iniciativa do processo legislativo e boa técnica legislativa, recomendamos, a **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n. 40/05, nestas Comissões submetendo, ainda, à decisão do Plenário desta Augusta Casa Legislativa, ressaltando, dentre outros, os fundamentos sociais.

É o Parecer,

S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
8 de junho de 2005

Deputado **HÉLIO LOPES**
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE:

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**

VICE-PRESIDENTE:

Deputado **DELORGEM CAMPOS (BSC)**

TITULARES:

Deputados:

FERNANDO MELO (PT)
HÉLIO LOPES (PL)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
DINHA CARVALHO (PL)
JOSÉ LUIS (BSC)
HELDER PAIVA (PSDB)

Ata da Reunião de Instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão Especial instituída para analisar a Proposta de Emenda Constitucional n. 1/2005, realizada em 4 de maio de 2005.

PRESIDÊNCIA: Deputado CHAGAS ROMÃO

Às treze horas e quatorze minutos, sob a Presidência do Deputado **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**, com fundamento no art. 33, § 2º, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, com a presença dos Deputados **JOSÉ LUIS (BSC)**, **NALUH GOUVEIA (PT)** e **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**, reuniu-se a Comissão Especial instituída pela Resolução n. 3/2005 para analisar a Proposta de Emenda Constitucional n. 1/2005, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, que "Acréscie artigo ao ato

das Disposições Constitucionais Transitórias", objetivando eleger e empossar o Presidente e Vice-Presidente. Procedida à votação, foi eleito Presidente o Deputado Chagas Romão (PMDB) e Vice-Presidente o Deputado Edvaldo Magalhães (BPM). Após empossar o vice-presidente, o Senhor Presidente agradeceu a todos e designou o Deputado José Luis para relatar a referida proposta. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Doricélia Taumaturgo da Silva**, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

Diversos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Ata da 36ª Sessão Ordinária Deliberativa da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 1 de junho de 2005.

Presidência: Deputados **Moisés Diniz** e **Ronald Polanco**

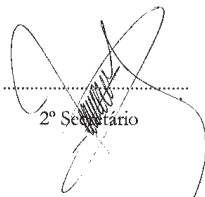
Secretaria: Deputado **Francisco Viga**

Às dez horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado **Moisés Diniz**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Francisco Viga**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados **Fernando Melo**, **Juarez Leitão**, **Naluh Gouveia**, **Pe. Valmir Figueredo** e **Ronald Polanco**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães** e **Elson Santiago**, do Bloco Popular Mobilizador –BPM; **Delorgem Campos**, e **José Luis**, do Bloco Socialista Cristão – BSC; **Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Hélio Lopes**, do Partido Liberal – PL; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **Roberto Filho**, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; **José Vieira**, do Partido da Frente Liberal – PFL; **José Bestene**, do Partido Progressista – PP; **Nogueira Lima**, do Partido Social Cristão – PSC; e **Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS, ausentes os Deputados **Sérgio Oliveira**, **Antonia Sales**, **Luiz Gonzaga**, **Helder Paiva** e **Dinha Carvalho**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão. Lida a Ata da Sessão anterior, foi à mesma aprovada sem restrições. O Expediente do Dia constou de: **Ofício Circular n. 16/2005-DEPEN/GAB**, do Diretor do Departamento Penitenciário Nacional, Senhor Clayton Alfredo Nunes, encaminhando as Cartilhas Sistema Penitenciário no Brasil, Diagnóstico e Propostas; Fundo Penitenciário em Números e Infopen, Módulo Estatístico; **Carta** do Presidente da UniFMU, Professor Edevaldo Alves da Silva, convidando o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, para participar da III Feira de Saúde, no dia 19 de abril de 2005, das 9h às 17h, no vão do MASP – Museu de São Paulo, sito na Avenida Paulista n. 1.578; **Indicação N. 48/2005**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Moisés Diniz, solicitando à Mesa Diretora que encaminhe ao Senhor Governador do Estado do Acre o Anteprojeto de Lei que, "Cria o Programa de incentivo à leitura de jornais nas escolas de 1º e 2º graus da rede de ensino público do Estado do Acre"; **Indicação N. 49/2005**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, solicitando que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado do Acre, para que junto ao órgão competente, viabilize uma parceria com a Prefeitura do Município de Bujari, para realização de melhorias no Pólo Dom Moacir, localizado na BR-364; **Indicação N. 50/2005**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, solicitando que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado do Acre, para que junto ao órgão competente, viabilize uma parceria com a Prefeitura do Município de Bujari, para realização de melhorias no Ramal Bujari, localizado na BR-364; **Indicação N. 51/2005**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, solicitando que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado do Acre, para que junto ao órgão competente, viabilize uma parceria com a Prefeitura do Município de Bujari, com objetivo de recuperar o Ramal Espinhara na BR-364; **Indicação N. 52/2005**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, solicitando que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado do Acre, para que junto ao órgão competente, viabilize uma parceria com a Prefeitura do Município de Bujari, com objetivo de realizar melhorias no Ramal Linha Nova; **Indicação N. 53/2005**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, solicitando que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado do Acre, para que junto ao órgão competente, viabilize uma parceria com a Prefeitura do Município de Bujari, para que sejam feitas melhorias no Ramal Santa Luzia; **Indicação N. 54/2005**,

acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, solicitando que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado do Acre, para que junto ao órgão competente, viabilize uma parceria com a Prefeitura do Município de Bujari, com o objetivo de realizar a construção de nove pontes no Ramal Santa Rita, cuja extensão é de apenas 18Km; **Indicação N. 55/2005**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, solicitando que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado do Acre, para que determine ao órgão competente, a imediata construção da ponte sobre o Igarapé do Riozinho que fica localizado no Ramal dos Paulistas Aberto o **Pequeno Expediente**, usou da palavra a Deputada Naluh Gouveia, do PT. O Senhor Presidente, **Moisés Diniz**, passou a presidência dos trabalhos para o Deputado **Ronald Polanco**. Dando continuidade, usaram da palavra os Deputados **Edvaldo Magalhães**, Líder do Governo; **Luiz Calixto**, Líder do PDT; **Fernando Melo**, Líder do PT e **Tarcísio Medeiros**, Líder do PPS. Aberto o **Grande Expediente**, o Senhor Presidente, **Ronald Polanco**, conforme Requerimento do Deputado **Juarez Leitão**, o Grande Expediente seria dedicado a comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente e suspendeu a Sessão para que os convidados adentrassem ao Plenário. (PAUSA) Reaberta a Sessão, usaram da palavra o Deputado **Juarez Leitão**, Líder do PT, autor do Requerimento; o Senhor **Edgar de Deus**; o Senhor **Artur Leite**, Secretário Municipal do Meio Ambiente; o Senhor **Moacir Araújo**, Secretário W.W.F.; o Senhor **Gilberto Siqueira**. Em **Questão de Ordem**, Deputado **Edvaldo Magalhães**, pediu desculpas a todos os convidados dizendo que houve uma ligação à PM, informando que tinha uma bomba na ALEAC. E como haveria necessidade da PM averiguar, por questão técnica, pediu ao Senhor Presidente que suspendesse a Sessão, para que a polícia pudesse fazer o seu trabalho. O Senhor Presidente **Ronald Polanco** acatou a Questão de Ordem do Deputado Edvaldo Magalhães e suspendeu a Sessão. Reaberta a Sessão, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Ronald Polanco**, encerrou a presente Sessão, precisamente, às onze horas e cinquenta e cinco minutos, convocando outra para dia e hora regimental. E, para constar, eu, *Maria Francisca Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


Presidente

1º Secretário


2º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Ata da 37ª Sessão Ordinária Deliberativa da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

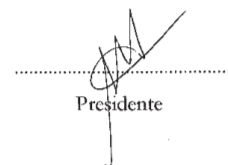
Realizada em 02 de junho 2005.

Presidência: Deputado **Moisés Diniz**

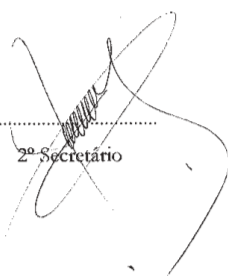
Secretaria: Deputado **Delorgem Campos**

Às dez horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado **Moisés Diniz**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, em exercício, secretariada pelo Deputado **Delorgem Campos**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados **Fernando Melo**, **Juarez Leitão**, **Naluh Gouveia**, **Pe. Valmir Figueredo** e **Ronald Polanco**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães**, **Elson Santiago** e **Sérgio Oliveira**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Francisco Viga** e **José Luís**, do Bloco Socialista Cristão – BSC; **Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Hélio Lopes**, do Partido Liberal – PL; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **Roberto Filho**, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; **José Vieira**, do Partido da Frente Liberal – PFL; **José Bestenc**, do Partido Progressista – PP; **Nogueira Lima**, do Partido Social Cristão – PSC; e **Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS; ausentes os Deputados **Antonia Sales**, **Luiz Gonzaga**, **Helder Paiva** e **Dinha**

Carvalho, foram abertos os trabalhos da presente Sessão. Lida a Ata da Sessão anterior, foi à mesma aprovada sem restrições. O **Expediente do Dia** constou de: **CMC/GP/OF. N. 82/2005**, do Presidente da Câmara Municipal de Capixaba, Rômulo Barros Soares, em resposta ao Ofício n. 270/2005; **Ofício N. 71/CE/2005**, da Chefe de Cartório da 9ª Zona Eleitoral do Estado do Acre, Rose Jocely Lopes dos Santos Moreira, enviando folha de ponto das servidoras Maria do Socorro Celestino Rodrigues, Neila Maria Rodrigues Américo e Edyney Ribeiro Wolter, ora à disposição daquele Cartório Eleitoral, referente ao mês de maio de 2005; **Projeto de Lei n. 50/2005**, acompanhado de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, o qual “Estabelece a obrigatoriedade da realização de cirurgia de redução da mama nos hospitais públicos estaduais quando indicadas para prevenir ou resolver problemas ortopédicos e dá outras providências”; **Projeto de Lei n. 51/2005**, acompanhado de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, o qual “Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Reposição Hormonal na Rede Pública Estadual de Saúde”; **Projeto de Lei N. 52/2005**, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Moisés Diniz, o qual “Dispõe sobre avaliação psicológica periódica dos integrantes da Polícia Civil, Polícia Militar e dos Serviços Penitenciários do Estado do Acre”; e **Projeto de Lei N. 53/2005**, acompanhado de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, o qual “Determina que 30% (trinta por cento), no mínimo, dos Cargos em Comissão da Administração Pública serão destinadas às mulheres e dá outras providências”. Aberto o **Pequeno Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Fernando Melo**, do PT; **Naluh Gouveia**, do PT; **José Vieira**, Líder do PFL; **Nogueira Lima**, Líder do PSC; **Chagas Romão**, Líder do PMDB. Aberto o **Grande Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Roberto Filho**, Líder do PTB; **José Vieira**, Líder do PFL; **Nogueira Lima**, Líder do PSC; **Luiz Calixto**, Líder do PDT; **Pe. Valmir Figueredo**, do PT, que foi aparteado pela Deputada Naluh Gouveia; **Sérgio Oliveira**, do BPM, que foi aparteado pelo Deputado Luiz Calixto; **Delorgem Campos**, do BSC, que foi aparteado pelo Deputado Fernando Melo; **Chagas Romão**, Líder do PMDB, que foi aparteado pela Deputada Naluh Gouveia; e **Tarcísio Medeiros**, Líder do PPS. Aberta a **Ordem do Dia**, em **Questão de Ordem**, a Deputada **Naluh Gouveia**, do PT, endossou a proposta do Deputado Chagas Romão, de marcar uma audiência com o Governador, para tratar do assunto referente a espera de vôos para Rio Branco. O Senhor Presidente, **Moisés Diniz**, concedeu Questão de Ordem ao Deputado Edvaldo Magalhães. Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Edvaldo Magalhães**, líder do Governo, fez um apelo às lideranças partidárias, para que a Sessão fosse suspensa, antes da Ordem do Dia, e nesse intervalo os membros da Comissão de Constituição e Justiça fariam a distribuição de 43 Projetos de Lei, que tramitam nessa Comissão, tendo em vista que hoje estava iniciando o mês de junho e iriam precisar votar esses Projetos até o dia 30. O Senhor Presidente, **Moisés Diniz**, acatou as Questões de Ordem da Deputada **Naluh Gouveia** e do Deputado **Edvaldo Magalhães**. E suspendeu a Sessão. (PAUSA) Reaberta a Sessão, na Ordem do Dia não houve matéria a ser apreciada. Aberta a **Explicação Pessoal**, não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Moisés Diniz**, encerrou a presente Sessão, precisamente, às doze horas e quarenta e cinco minutos, convocando outra para dia e hora regimental. E, para constar, eu, *Maria Francisca Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


Presidente

1º Secretário


2º Secretário

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Presidente: Edvaldo Magalhães
Vice-Presidente: Delorgem Campos
Titulares: Fernando Melo, Hélio Lopes, Luiz Gonzaga.
Suplentes: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Dinha Carvalho, José Luís, Helder Paiva.
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: Helder Paiva
Vice-Presidente: Francisco Viga
Titulares: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, Luiz Calixto.
Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, José Bestene, Delorgem Campos, Luiz Gonzaga.
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Presidente: Pe. Valmir Figueredo
Vice-Presidente: Elson Santiago
Titulares: Nogueira Lima, Francisco Viga, Helder Paiva.
Suplentes: Fernando Melo, Edvaldo Magalhães, Tarcísio Medeiros, José Luís, Luiz Gonzaga.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Juarez Leitão
Vice-Presidente: José Vieira
Titulares: Dinha Carvalho, Roberto Filho, José Bestene.
Suplentes: Hélio Lopes, Naluh Gouveia, Luiz Calixto, Nogueira Lima, Tarcísio Medeiros.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: José Luís
Vice-Presidente: Roberto Filho
Titulares: Fernando Melo, Tarcísio Medeiros, Chagas Romão.
Suplentes: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, José Bestene, Nogueira Lima, Antonia Sales.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Naluh Gouveia
Vice-Presidente: Luiz Gonzaga
Titulares: Edvaldo Magalhães, José Luís, Antonia Sales.
Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, Francisco Viga, Helder Paiva, Chagas Romão.
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Naluh Gouveia
Vice-Presidente: Dinha Carvalho
Titulares: Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Luiz Calixto.
Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, Antonia Sales, Nogueira Lima, Hélio Lopes.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Antonia Sales
Vice-Presidente: Elson Santiago
Titulares: Fernando Melo, José Bestene, José Vieira.
Suplentes: Naluh Gouveia, Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Nogueira Lima, Luiz Calixto.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Presidente: Nogueira Lima
Vice-Presidente: Hélio Lopes
Titulares: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Tarcísio Medeiros.
Suplentes: Juarez Leitão, Dinha Carvalho, José Vieira, Roberto Filho, Francisco Viga.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ACRE

Supervisão Geral:

Carlos Augusto Coêlho de Farias
Secretário Executivo

Editado pela:

Subsecretaria de Publicidades

Diretor Responsável:

Carlos Augusto Coêlho de Farias
Inscrição DRT/AC/N. 03/97

Coordenadora de Redação e Revisão de Atas:
Maria Aparecida Jardim Rodrigues

Apoio:

Coordenadoria de Comunicação Social
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.
Endereço: Av. Ceará - 3.335.